

### **CAPÍTULO 3 - MAPAS DA DEFICIÊNCIA**

O presente capítulo discute dados úteis para traçar o alvo das políticas locais de inclusão social desde a perspectiva das pessoas portadoras de deficiências (PPDs). O capítulo está organizado em três partes. Em primeiro lugar apresentamos uma série de mapas sobre as taxas de deficiências e incapacidades percebidas ao nível das localidades brasileiras e de algumas características associadas como escolaridade, renda e idade. Esta última será posteriormente analisada através de gráficos e regressões. Apresentamos a título de exemplo, informações espaciais dos estados do Rio de Janeiro, de Alagoas, bem como dos municípios do Rio de Janeiro, de Maceió e Brasília. O leitor está convidado a acessar dados do seu estado, município e em alguns casos de sua região administrativa no banco de dados disponibilizado. Maceió e Alagoas foram escolhidas como exemplo de regiões mais pobres, enquanto o Estado e município do Rio de Janeiro constituem exemplos de regiões com altas rendas e participações de idosos. Finalmente, Brasília apresenta alta renda e baixa idade média.

Analisamos também a distribuição espacial das PPDs e das pessoas com percepção de incapacidade (PPIs) uma vez controlados os principais atributos individuais. Isto é, buscamos avaliar a extensão desse universo em diferentes áreas comparando indivíduos com as mesmas características observáveis (idade, renda, educação, etc). Esta análise ajuda a identificar e guiar focos espaciais para ações de políticas que visem reduzir causas e conseqüências das deficiências. Exemplo: áreas em que indivíduos iguais apresentam taxas mais altas de deficiências (ou incapacidades) podem se revelar prioritárias na formulação de políticas preventivas. Num estado onde a população é jovem, um alto grau de deficiências também pode indicar a necessidade de políticas que evitem acidentes de trânsito e de trabalho, além de violência urbana. Enquanto se estas deficiências fossem observadas numa região de idosos, as prescrições políticas seriam de natureza curativa e de melhora da convivência com as limitações observadas.

Após as impressões visuais analisamos dados de estados e municípios com maiores e menores taxas de deficiências e incapacidades nos seguintes campos: grupos de diversidade (afro-descendentes e mulheres entre outros), acesso a ativos (moradia, serviços públicos), fontes de rendas (trabalho, benefícios previdenciários) e miséria (número, gravidade). Analisamos dados dos subdistritos de Brasília, como o Lago Sul e Santa Maria,

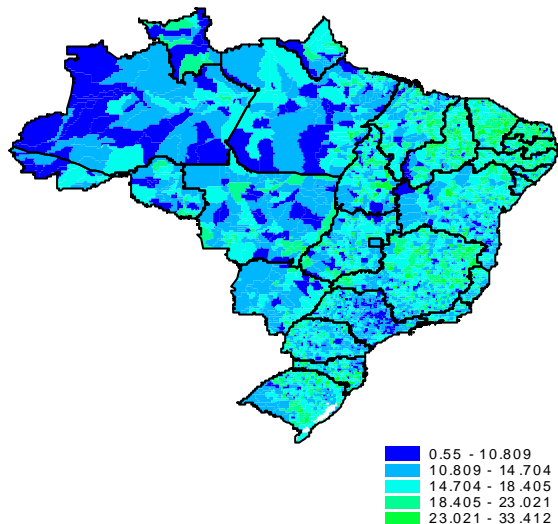
## CAPÍTULO 3 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

de forma a ilustrar o potencial de uso do acervo de dados disponibilizados para diferentes localidades. Finalmente, na última parte do capítulo analisamos como os graus de desigualdade e exclusão social e trabalhista afetam esses grupos e traçando um arcabouço geral de políticas de inclusão social associadas. Quanto às políticas setoriais, elas serão abordadas nos dois capítulos seguintes.

# RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

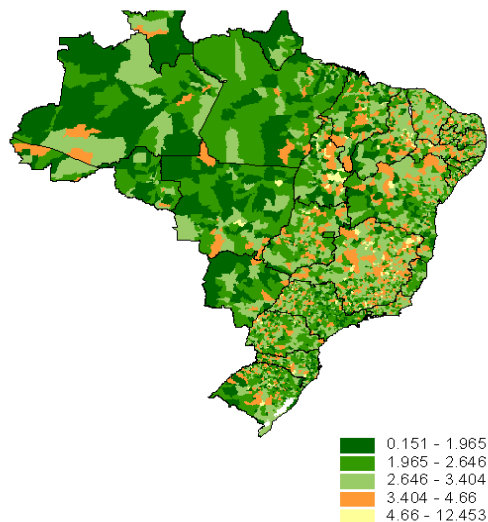
## Mapas A : PPDs e PPIs por Municípios

Taxa de PPDs por Município - Brasil  
Pessoas Portadoras de Deficiência



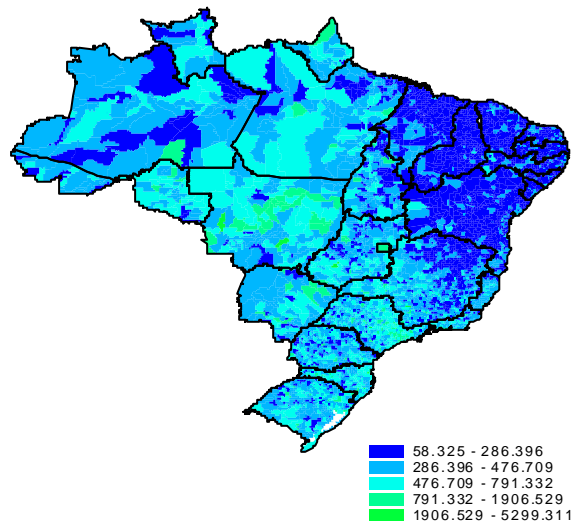
Fonte: CPS/ABRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Taxa de PPIs por Município - Brasil  
Pessoas com Percepção de Incapacidade



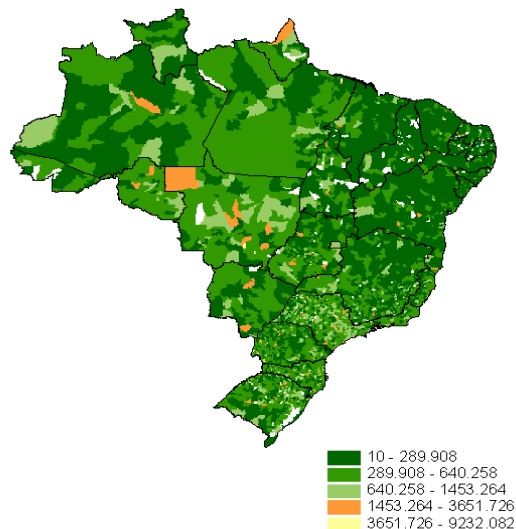
Fonte: CPS/ABRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Renda Média do Trabalho Principal por Município - Brasil  
Pessoas Portadoras de Deficiência



Fonte: CPS/ABRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

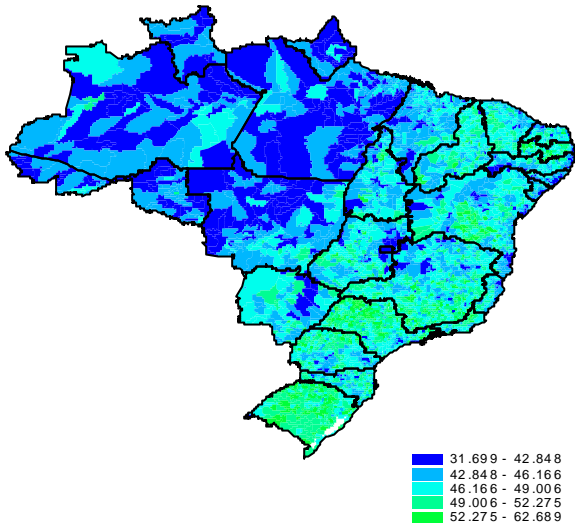
Renda Média do Trabalho Principal por Município - Brasil  
Pessoas com Percepção de Incapacidade



Fonte: CPS/ABRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

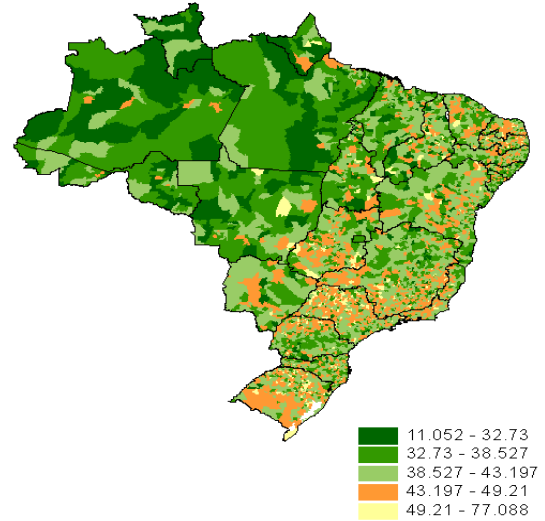
## CAPÍTULO 3 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

**Idade Média por Município - Brasil**  
**Pessoas Portadoras de Deficiência**



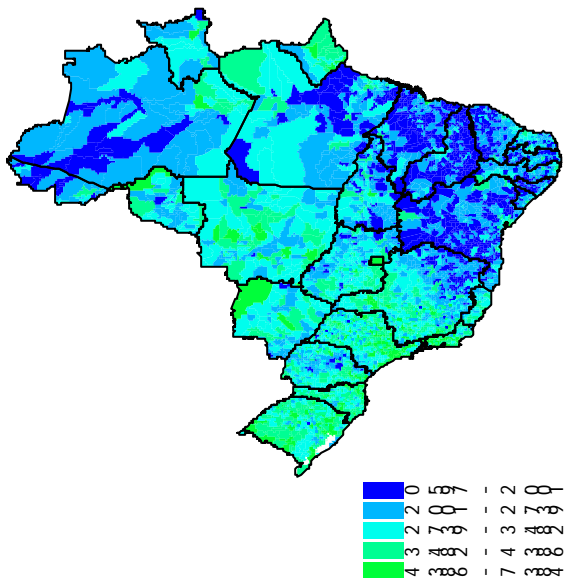
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

**Idade Média por Município - Brasil**  
**Pessoas com Percepção de Incapacidade**



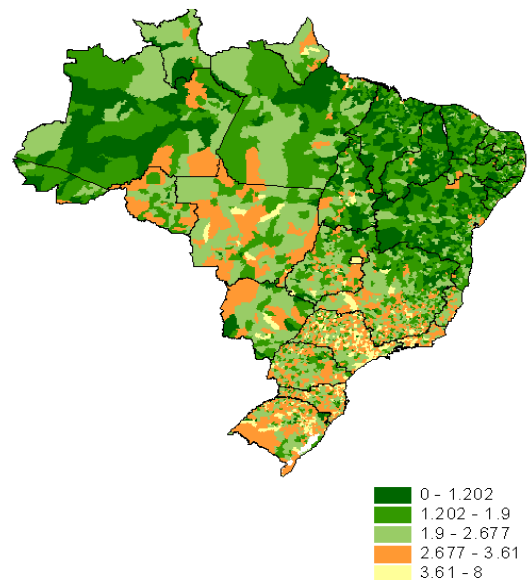
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

**Educação Média por Município - Brasil**  
**Pessoas Portadoras de Deficiência**



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

**Educação Média por Município - Brasil**  
**Pessoas com Percepção de Incapacidade**



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

# RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

## Mapas B : Taxas de PPDs Censo 2000 e Censo 1991

### CENSO DEMOGRÁFICO - 2000

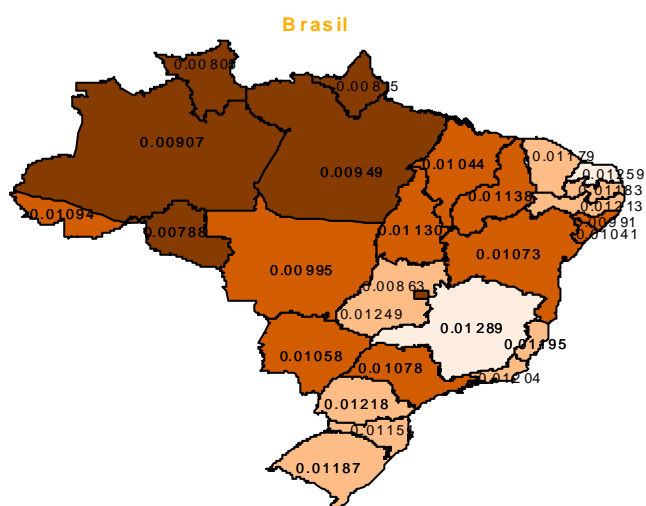
Distribuição relativa das pessoas que possuem pelo menos 1 tipo de deficiência



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

### CENSO DEMOGRÁFICO - 1991

Distribuição relativa das pessoas que possuem pelo menos 1 tipo de deficiência



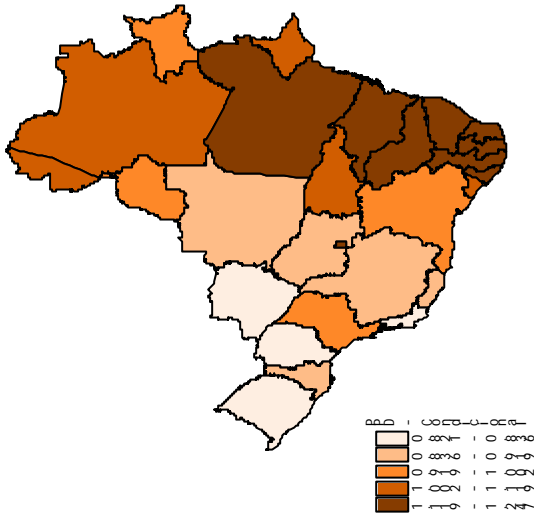
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 1991/IBGE

# CAPÍTULO 3 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

## Mapas C: Razão de vantagens

### Incidência de Deficientes por UF

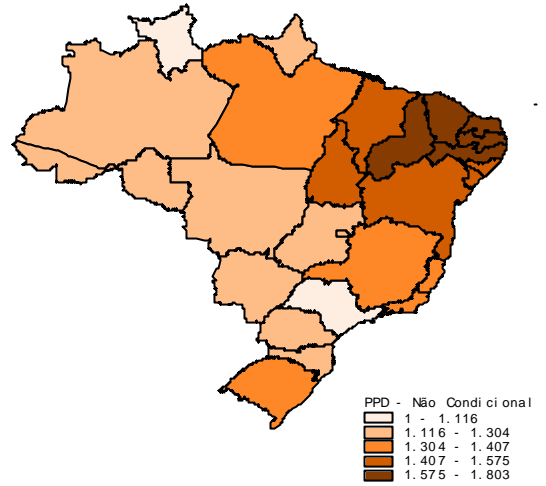
Razão de Vantagens Condicional



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE

### Incidência de Deficientes por UF

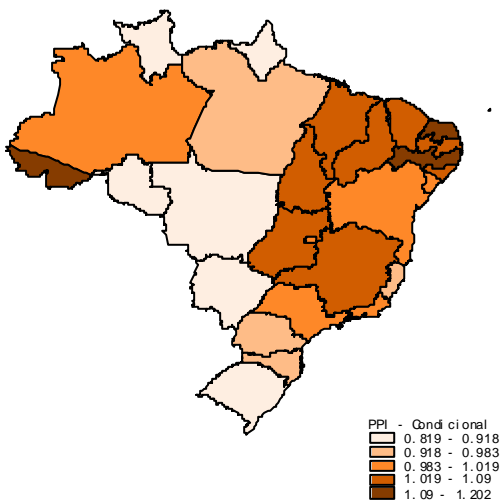
Razão de Vantagens Não Condicional



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE

### Incidência de Incapacidades por UF

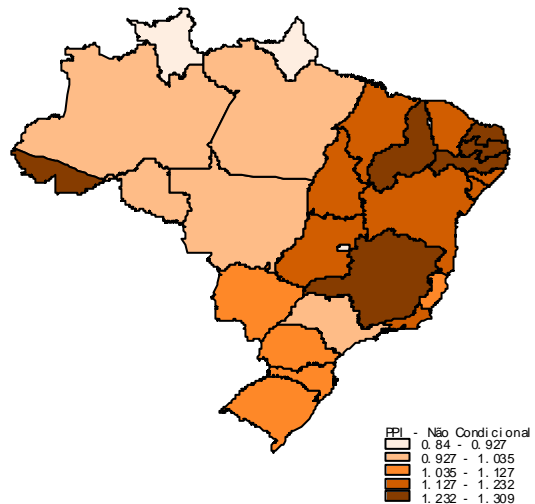
Razão de Vantagens Condicional



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE

### Incidência de Incapacidades por UF

Razão de Vantagens Não Condicional



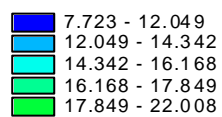
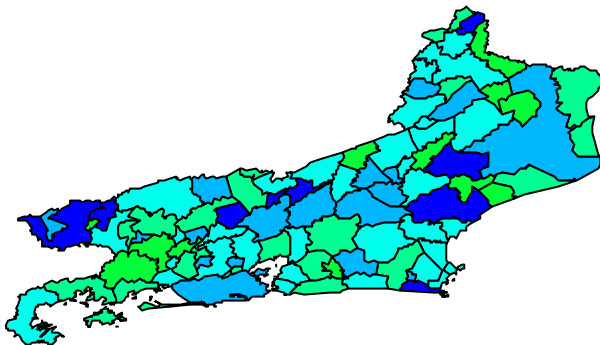
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE



## CAPÍTULO 3 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

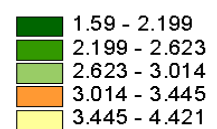
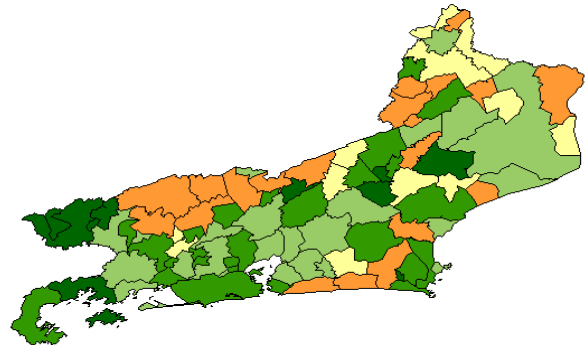
### Mapas D: Rio de Janeiro – PPDs e PPIs

Taxa de PPDs por Município - Rio de Janeiro  
Pessoas Portadoras de Deficiência



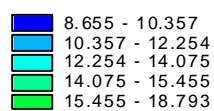
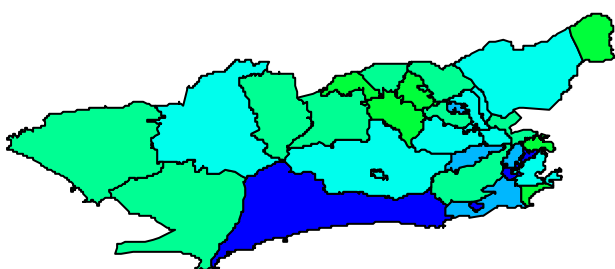
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE

Taxa de PPIs por Município - Rio de Janeiro  
Pessoas com Percepção de Incapacidade



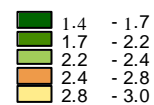
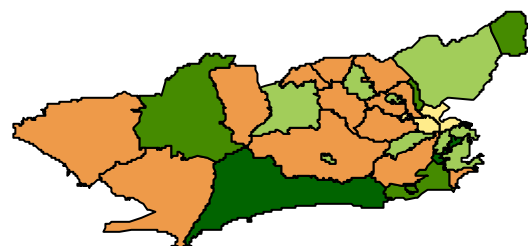
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico 2000/IBGE

Taxa de PPDs por Subdistrito - Rio de Janeiro  
Pessoas Portadoras de Deficiência



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE

Taxa de PPIs por Subdistrito - Rio de Janeiro  
Pessoas Portadoras de Incapacidade

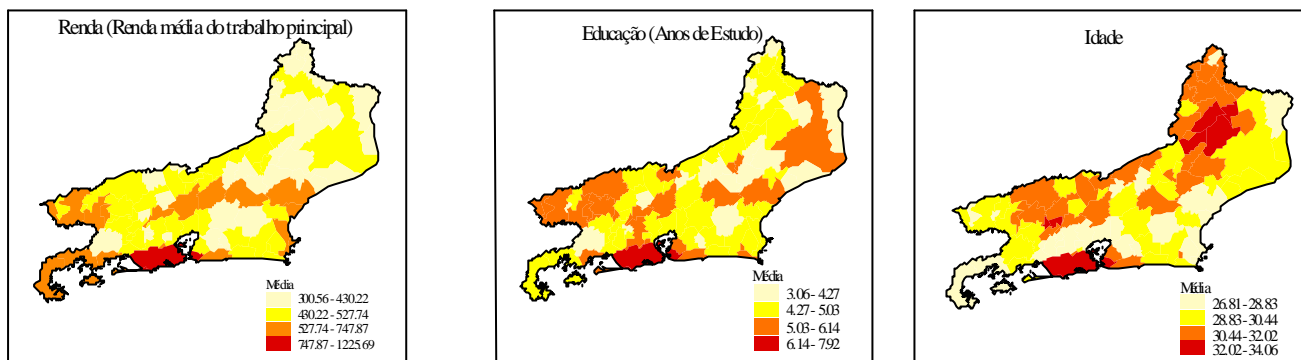


Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico 2000/IBGE

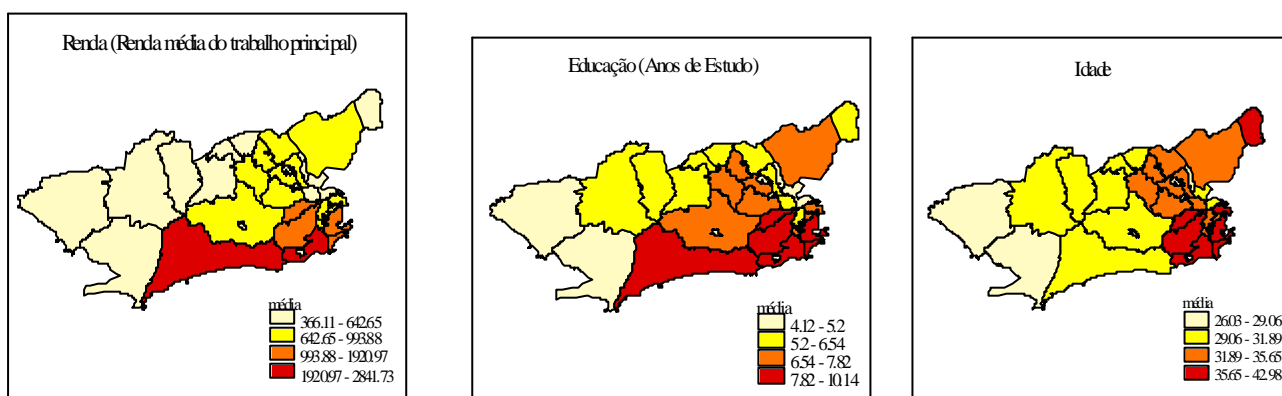


## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

### Mapas D: Estado do Rio de Janeiro Municípios: População em Geral

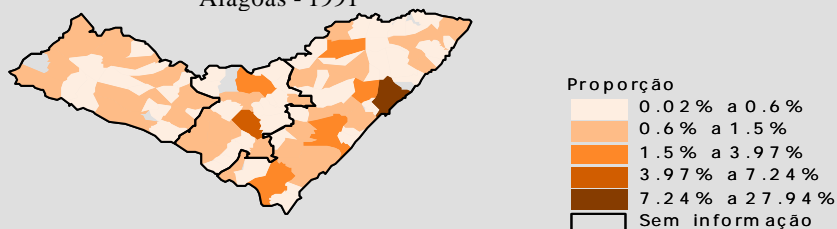


### Mapas D: Município do Rio de Janeiro por Subdistritos: População em Geral



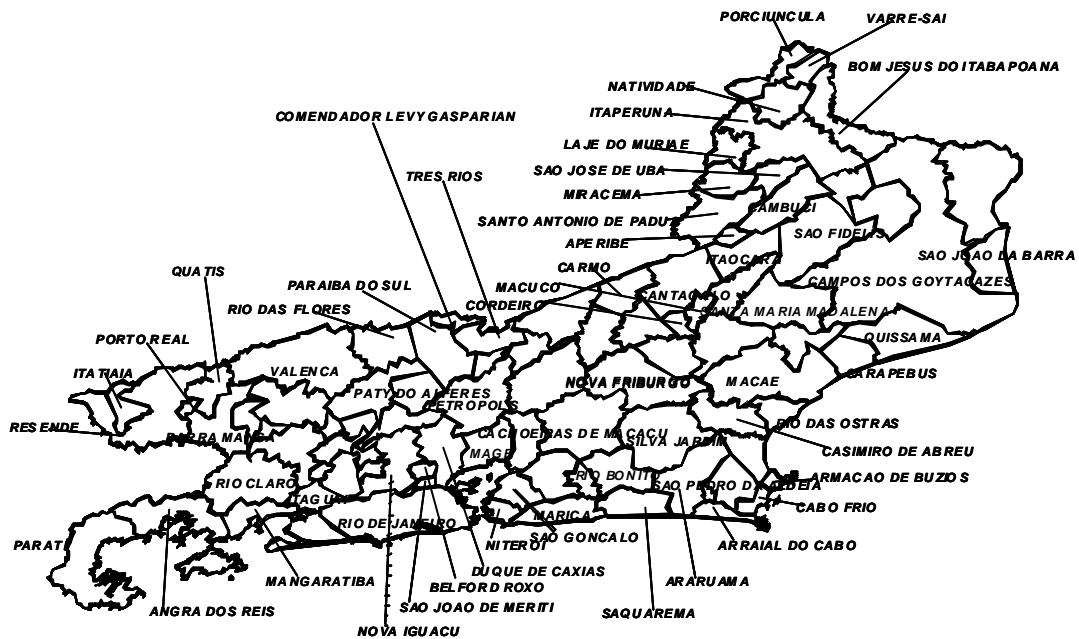
O banco de dados disponibilizado permite avaliar um variado acervo de dados em nível de municípios para o ano de 1991. Dados das PPDs relativos a renda, acesso a ativos, diferentes tipos de deficiência entre outros podem ser analisados para cada município brasileiro. Apesar de alguns trabalhos terem analisado os dados Censitários de 1991, a análise de dados municipais não foi explorada. A título de exemplo deste tipo de nível de análise, apresentamos as taxas de incidência de deficiências para municípios alagoanos.

#### CENSO 1991 (%) População de Pessoas Portadoras De Deficiência Por Município Alagoas - 1991

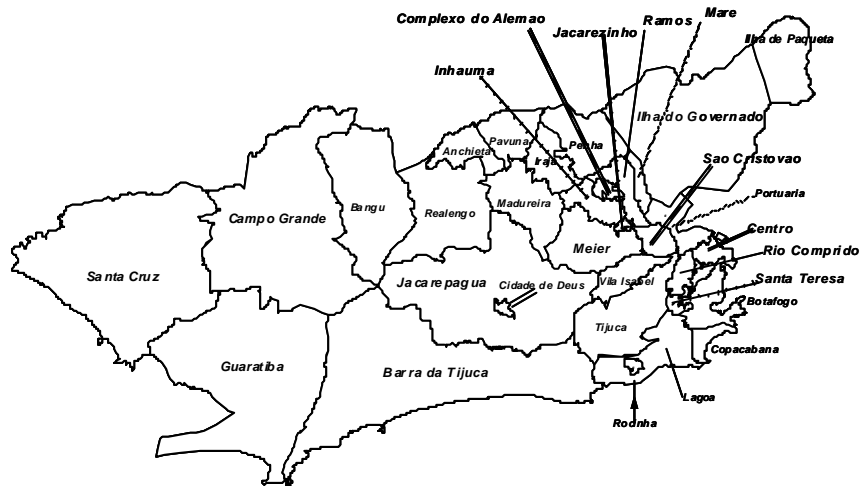


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 1991/IBGE.

## Municípios do Rio de Janeiro



## Subdistritos do Município do Rio de Janeiro



WWW.FGV.BR/CPS

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

### Análise de Correlações entre Dados Espaciais

Utilizamos agora os dados espaciais contidos nos mapas de A a D como unidade de observação de alguns pontos de análise recorrentes nesta monografia.

Gráfico 1

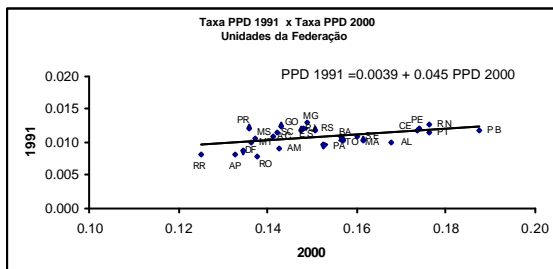


Gráfico 2

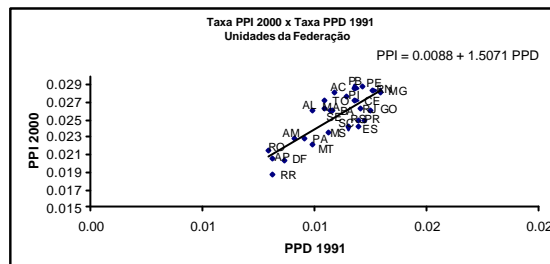


Gráfico 3

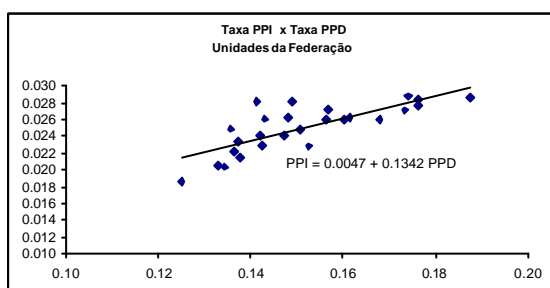
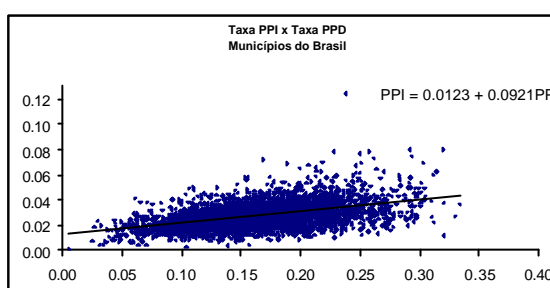


Gráfico 4



Em primeiro lugar, observamos no gráfico 1 uma relação pouco pronunciada entre as taxas de deficiência entre estados, segundo os Censos de 1991 e de 2000, o que evidencia a incongruência observada entre os resultados censitários, como função da mudança dos critérios de classificação das pessoas com deficiência. Dados de ocupação mais recentes da região Norte e das unidades mais pobres do Nordeste tendem a ficar abaixo da curva (a exceção é Pernambuco) enquanto os das mais ricas do Sul e do Sudeste (exceto o Distrito Federal) situam-se acima da curva, - a inversão reflete a maior importância do fator econômico na nova metodologia censitária. A relação entre as taxas de PPDs, de 1991, e as taxas de PPI, de 2000, guardam uma ligação mais próxima do que as taxas de PPDs dos dois anos censitários (gráfico 2), ou entre as taxas de PPD e PPI para o Censo 2000 (gráfico 3, em nível municipal).

A lição deste conjunto de análise é que o que denominamos PPIs em 2000, se aproximam mais da taxa de PPDs, segundo o Censo de 1991, do que as taxas oficiais de PPDs, de acordo com o Censo de 2000. Outra tese complementar, já defendida no capítulo anterior, é que parte das diferenças entre taxas de PPDs e de PPIs observadas devem-se às

diferentes trajetórias de deficiências e incapacidades ao longo do ciclo da vida. Senão vejamos:

Gráfico 5

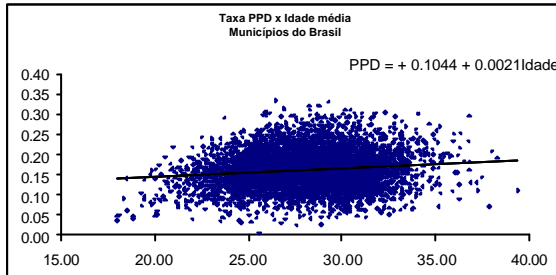


Gráfico 6

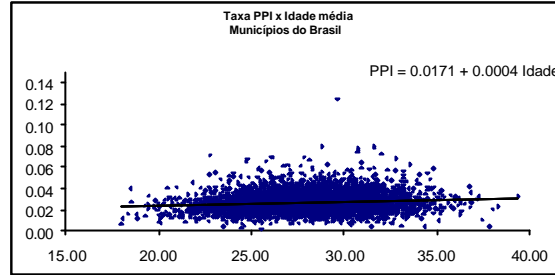


Gráfico 7

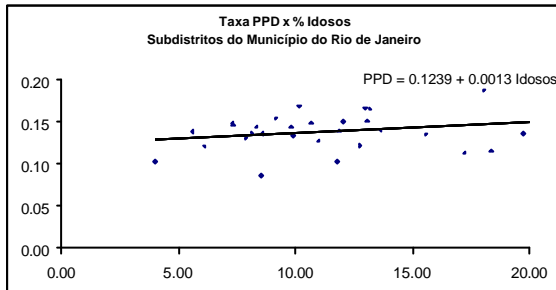
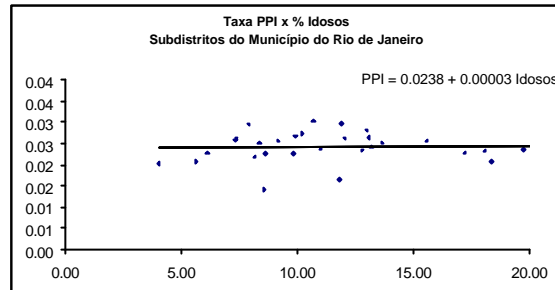


Gráfico 8



Nos gráficos de 5 a 8 exploramos através das retas de regressões baseadas em dados regionais, a relação das taxas de PPDs e de PPIs com quesitos ligados à idade. Similarmente, vemos nos gráficos 5 e 6 que a correlação entre idade média na população em geral é mais pronunciada do que no caso das taxas de PPIs. Observamos semelhanças nos gráficos 7 e 8, pois a proporção de idosos (pessoas acima de 60 anos de idade) nos subdistritos cariocas apresenta correlação mais forte com a incidência de deficiências do que incapacidades. Estes dados não nos permitem rejeitar a tese sustentada no trabalho de que as deficiências em geral, se acumulam em maior intensidade relativa do que as incapacidades ao longo do ciclo da vida dos indivíduos.

A ligação entre idade e a incidência de deficiências e incapacidades foi demonstrada no capítulo 2, através de tabulações simples com e sem filtros etários e por meio de exercícios multivariados como análise de correspondência, aonde identificamos o fator idade.

Na regressão logística apresentada no capítulo 2, analisamos a distribuição espacial das PPDs e PPIs uma vez controlados os principais atributos individuais. Isto é, buscamos avaliar a extensão desse universo em diferentes áreas, comparando pessoas com as mesmas

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

características (idade, renda, educação, etc). Esta análise ajuda a identificar e guiar focos espaciais para ações de políticas especiais. Afinal, as áreas em que indivíduos iguais apresentam taxas mais altas de deficiências (ou incapacidades) podem ser prioritárias na formulação de políticas preventivas. Num estado onde a população é jovem, um alto grau de deficiências também aponta a necessidade de políticas que evitem acidentes de trânsito e de trabalho, bem como a violência urbana. Mas, se estas altas taxas de deficiências fossem observadas numa região de idosos, as prescrições políticas seriam no sentido da adoção de políticas curativas e de melhora da convivência das pessoas com deficiência somadas as limitações observadas.

O objetivo dos mapas das razões de vantagens é justamente identificar áreas com potencial de expansão de determinadas ações, enquanto a análise espacial controlada revelaria as regiões prioritárias. Estas áreas devem desempenhar um papel de destaque no desenho de políticas geo-referenciadas que visem reduzir causas e conseqüências das deficiências.

Apresentamos nos gráficos abaixo a correlação entre as razões de vantagens de taxas de PPDs e PPIs para o ano 2000 entre unidades da federação. No 10 notamos que quando controlamos por variáveis como idade, gênero, raça e tamanho de cidade diminui o grau de correlação entre PPDs e PPIs em relação ao exercício não controlado do gráfico 9.

Gráfico 9

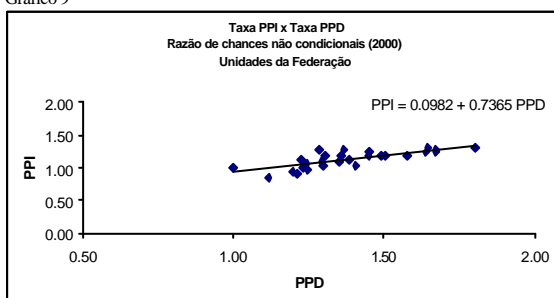
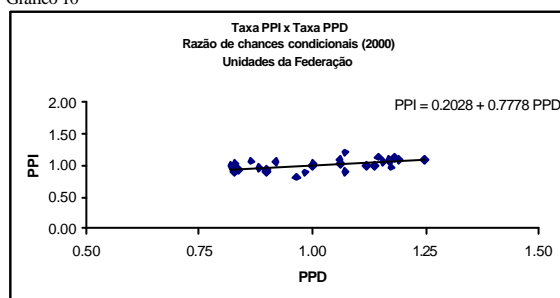


Gráfico 10



### **Tabelas Espaciais**

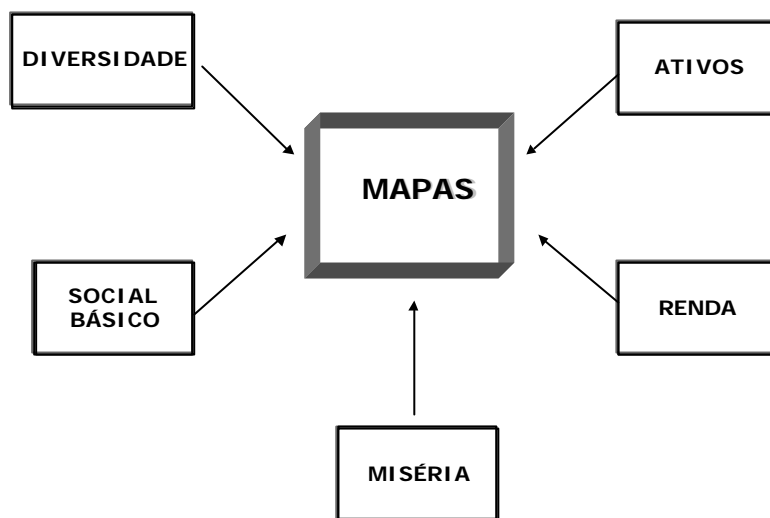
No Brasil, ações redistributivas de combate à pobreza deveriam ocupar lugar de destaque, pois a alta desigualdade, nossa principal chaga, cria demanda por essas políticas. Aqui, a ênfase é dada à desigualdade enfrentada pelas pessoas com deficiência, além de focalizar políticas setoriais e regionais voltadas para atender este grupo. Entretanto, talvez devido à histórica instabilidade, o país poderia ter avançado mais na implementação de medidas estruturais, indutoras de um reforço do estoque de riqueza dos pobres. O resultado é uma ação social cujos efeitos são em larga escala transitórios.

Se visarmos atuar em horizontes temporais mais elásticos, cabe antes lembrar que um futuro digno será inatingível para aqueles que não conseguem hoje garantir padrões de vida mínimos. Existem complementaridades naturais entre políticas de transferência de renda e de geração de renda. Isto é explícito no caso das pessoas com deficiência, alvos de ações majoritariamente compensatórias, como transferências de renda. No entanto, elas carecem de políticas educacionais, empregatícias e de geração de renda em geral.

Uma das metas deste trabalho é desenhar um arcabouço integrado de informações e conhecimentos sobre as pessoas com deficiência, de modo a subsidiar ações da sociedade civil. Traçamos aqui diversos mapas que podem nortear procedimentos. Não enfocamos a pobreza das PPDs mas mais suas riquezas, ativos e potencialidades. Queremos descrever suas condições de vidas passadas, presentes e futuras nos diversos recantos do país. Apresentamos informações nacionais, estaduais e municipais. Em alguns casos, levamos a análise a níveis infra-municipais. De cada localidade trazemos dados para pessoas com e sem deficiência e em alguns casos PPIs. O conjunto de informações espaciais se encontra em cinco mapas temáticos: da diversidade, social, de rendas, de ativos e da pobreza.

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Figura 1



O mapa da diversidade nos permite desenhar um quadro dos grupos excluídos e da sua relação com as PPDs. Vemos, por exemplo, como as pessoas com deficiência se relacionam com questões de analfabetismo, exclusão digital e miséria. Já o mapa de ativos nos dá um panorama do acesso à riqueza privada (moradia, bens-duráveis, automóvel, etc.) e serviços públicos (telefonia, luz, água, etc). O mapa social que complementa este quadro com características sócio-demográficas básicas (idade, escolaridade, renda, jornada de trabalho, etc); e o de rendas revela o nível e a composição dos diversos tipos de rendimentos. Podemos, por exemplo, ver a importância relativa das transferências do Estado: - familiares, renda de ativos e do trabalho no sustento das PPDs - nos diversos recantos do país. Temos ainda o mapa da miséria, que encara a insuficiência de ganhos das PPDs no âmbito familiar a partir das medidas de pobreza. Isto é, incorporamos o processo de socialização das rendas no interior dos domicílios, como a PPD ajuda (e é ajudada) no sustento da sua família.

### Mapa da Diversidade

O objetivo maior da nossa análise é caracterizar o universo de Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs), cujo conceito obedece aos novos critérios usados pelo Censo, mais abrangente do que os levantamentos anteriores, englobando incapacidades (de enxergar, de ouvir), dificuldades (de andar, de caminhar, subir escadas) e as deficiências em geral.

Analisamos esta população em escala nacional para depois caminhar paulatinamente em direção a níveis espacialmente mais desagregados como Unidades da Federação, municípios e subdistritos. E destacamos unidades espaciais (UF, municípios e subdistritos) que apresentam as maiores e menores taxas de PPDs.

Estudar o universo das pessoas com deficiência é acima de tudo avaliar os grupos que enfrentam situações de desigualdade social e econômica, sujeitos a desvantagens na renda, na inserção no mercado de trabalho e na sua cidadania de forma geral. Traçamos a seguir um “Mapa da Diversidade”, cujo objetivo é observar a relação entre PPDs e outros grupos excluídos de acordo com distribuição geográfica. Destacamos as desigualdades de raça (afro e indígenas), gênero (mulheres), renda (miseráveis), educação (sem escola), participação política em função da baixa idade (sem voto) e os excluídos digitais (sem computador). Complementamos o Mapa da Diversidade, com o Mapa Social, que fornece informações sobre as características gerais tais como quantidade de homens na população, anos médios de estudo, população em idade ativa, renda média e jornada semanal de trabalho.

**Tabela 1**

**Mapa da Diversidade**

	População	Sem voto* %	Idosos** %	Mulheres %	Afro*** %	Indígenas %	Miseráveis* *** %	Sem escola* **** %	Sem comput ador %
<b>Total</b>	169872856	31.7	7.91	50.79	44.66	0.43	32.02	24.92	89.8
<b>Não PPD</b>	145272599	35.42	4.58	50.31	44.21	0.42	32.52	24.51	89.17
<b>PPD</b>	24600256	9.7	27.6	53.58	47.36	0.51	29.05	27.34	93.5
<b>PPI</b>	4267930	17.09	23.72	44.33	45.52	0.48	41.62	42.26	93.96

Fonte: CPSIBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

\* Crianças e adolescentes com menos de 16 anos de idade

\*\* Pessoas com idade acima de 60anos

\*\*\* Se declararam de cor preta ou parda

\*\*\*\* Renda per capita abaixo de 1/2 salário mínimo \*\*

\*\*\*\*\*Sem escola refere-se às pessoas com escolaridade inferior a 1 ano



## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Tabela 2

<b>Mapa Social</b>						
	<b>Homens %</b>	<b>Educação*</b>	<b>Idade*</b>	<b>PIA **/pop total</b>	<b>Renda*</b>	<b>Jornada*</b>
<b>Total</b>	49.21	4.81	28.26	65.03%	628.18	43.26
<b>Não PPD</b>	49.69	4.96	25.18	64.04%	643.47	43.34
<b>PPD</b>	46.42	3.95	46.44	70.86%	529.35	42.75
<b>PPI</b>	55.67	2.96	40.9	65.65%	547.08	42.53

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

\* Os valores referentes a essas variáveis são médias. A variável educação refere-se aos anos médios de estudo,

Jornada refere-se à jornada de trabalho semanal e à renda do trabalho principal referente à população ocupada

\*\* População em Idade Ativa (PIA) refere-se às pessoas entre 15 e 65 anos

As variáveis discretas referem-se à taxa de acesso

O Mapa da Diversidade indica que o grupo de afro-descendentes, formado por aqueles que se autodenominam da cor parda ou negra representam aproximadamente 44,7% da população, percentual elevado de indivíduos historicamente discriminados. A exemplo das cotas existentes para a inserção trabalhista das pessoas com deficiência, os afro-descendentes já barganham igual benefício no serviço e no ensino públicos de terceiro grau.

As mulheres, maioria na população, ainda sofrem com disparidades salariais e de renda em relação aos homens. No entanto, na década de 90 o mercado de trabalho se movimentou em direção à diminuição das discrepâncias salariais entre homens e mulheres. O mesmo não se observa na questão racial.

Os miseráveis também formam um dos grupos mais expressivos, uma vez que 32% de brasileiros vivem com uma renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo. E temos, em decorrência, um grande contingente de excluídos digitais: quase 90% da população não têm acesso a computador.

Nosso tema de estudo é um subgrupo desses indivíduos tradicionalmente excluídos: as pessoas com deficiência. A diferença primordial entre elas e os demais grupos da diversidade, em particular, os afros-descendentes e as mulheres, é que as deficiências são em geral adquiridas (embora também possam ser inatas, como na maioria dos casos das PPIs), diferente da situação de ser mulher, ou afro-descendente, que são atribuições fixas. Na verdade, todos os indivíduos são potenciais PPDs, e, dessa forma, as deficiências estão relacionadas à questão de como a sociedade oferece seguridade social a seus membros frente a mudanças de status funcionais observadas.

De acordo com a tabela social, a idade média das pessoas com deficiência é de 46,4 anos, contra 28,2 do total da população, isto é, 18 anos a mais que a média dos brasileiros.

### CAPÍTULO 3 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

A tabela de diversidade mostra que 27,6% das pessoas portadoras de deficiência têm mais de 60 anos, sendo que esse número é de apenas 7,9% para a população em geral. Cerca de 47,4% autodenominaram-se afro-descendentes e a grande maioria é composta de pessoas do sexo feminino (53,58%). Como já ressaltado em capítulo anterior, o fato de a maioria ser mulher está relacionado à maior expectativa de vida delas.

Um aspecto importante é avaliar a insuficiência do rendimento familiar. Vivem abaixo da linha de miséria 29,05% das PPDs - renda per capita abaixo de meio salário mínimo. Quando olhamos para a população total, vemos que o percentual é um pouco maior: 32% dos brasileiros são miseráveis. E o caso é mais grave no universo de PPIs: 41,62% dos que possuem incapacidades são miseráveis. Esta situação pode ser porque as incapacidades resultam em empecilhos para a vida laboral (muito mais do que as deficiências), principal meio de prover a renda. Segundo este conceito, a incidência de miseráveis entre as PPDs é menor do que na população total, o que pode ser reflexo das medidas de cobertura de políticas públicas, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Porém, quando consideramos a escolaridade da população, as pessoas com menos de 1 ano de estudo representam 27,34% das PPDs, número esse superior à porcentagem da população total (24,9%), indicando que em média as PPDs estão mais presentes entre as menos educadas. O que mais chama a atenção na taxa de miséria é como ela está presente no caso das PPIs, 45,5% se encontram nesta situação de miséria, e outro fator grave é a educação, pois 42% têm até um ano de estudo. Dessa maneira, as pessoas com incapacidades enfrentam situações mais adversas do que as PPDs. A média educacional, por exemplo, é menor porque as incapacidades em geral são natas, comprometendo os anos iniciais de educação, enquanto as deficiências são características adquiridas com o passar do tempo.

A taxa de acesso a computador também é menor no caso das PPDs. Em síntese, observa-se que embora as pessoas com deficiência sejam, em média, menos pobres de renda, elas são mais excluídas de atributos educacionais e digitais. Dentro da visão de ativos, o acesso à escola e ao computador são considerados fundamentais, pois permitem a geração de renda presente e futura. Mesmo sendo menos miseráveis, a rede de ativos que as PPDs possuem são precárias impedindo que consigam eles mesmos prover sua renda. Esse resultado nos mostra que as PPDs não são particularmente discriminadas no quesito renda,

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

mas o são em termos de desigualdade de oportunidades. O que queremos ver, no entanto, é se sem as políticas públicas de caráter assistenciais a situação seria diferente. Se a menor taxa de miséria é por causa das políticas, então se conclui que estas são compensatórias. Claramente não se tratam de estruturais, pois percebemos que não lhes possibilita gerar os próprios rendimentos de forma sustentável.

O fato de encontrarmos uma taxa de miséria menor para as PPDs do que para a população total é pouco intuitiva. Afinal, o que prevalece entre as opiniões mais gerais é que se trata de uma parcela bastante excluída e em situação de pobreza. Esta idéia alia-se à concepção de que as limitações físicas são, em si, restrições à vida laboral, para a prover a própria renda, situação bastante adequada às PPIs. Mas agora como o conceito de deficiências, utilizado pelo Censo, é mais abrangente, esse efeito foi um pouco diluído, pois além das pessoas com incapacidade foram incorporadas aquelas pessoas com alguma ou grande dificuldade.

O que nos resta analisar é se as pessoas com deficiência são menos pobres por causa das transferências de renda do Estado ou não – afinal, as pessoas com deficiência que não possuem meios de prover seu sustento têm direito por lei a receber uma renda mínima. A título de exercício, avaliamos como fica a situação dos seus rendimentos após a retirada da ajuda estatal, de modo a ver se realmente são menos miseráveis sem o apoio do Estado. Este exercício pode ser feito na seção do mapa de rendas. Outra maneira de corroborar o resultado da miséria, é avaliar a posse de ativos produtivos entre as PPDs.

No Mapa Social observamos no rendimento proveniente do trabalho principal e na educação uma notável diferença entre PPDs e o total da população, uma vez que a renda média é desfavorável aos primeiros em cerca de R\$100: R\$529,35 contra R\$628,18, corroborando que a renda trabalhista média deste grupo historicamente excluído continua inferior. Entretanto, este dado tomado a valor de face não nos permite discernir a relação de causalidade envolvida, ou seja, as pessoas têm renda baixa em função de ser PPDs ou as pessoas são mais suscetíveis às deficiências em função da baixa renda.

A escolaridade média das pessoas portadoras de deficiência é de 3,95 anos completos de estudo, isto é, quase um ano inferior do que a média da população brasileira (4,81 anos de estudo), indo ao encontro do resultado obtido no mapa da diversidade. As

pessoas com deficiência são menos instruídas, deteriorando as chances e as condições de ingresso das PPDs no mercado de trabalho formal.

Os dados também nos permitem identificar a população em idade ativa (PIA) – pessoas que têm entre 15 e 65 anos de idade –, sendo que a proporção da PIA sobre o total de PPDs corresponde a 70,86%, enquanto no total de brasileiros é de 65,03%, pois as crianças são um número pouco expressivo na população de PPDs.

### **Inclusão Digital e as Pessoas com Deficiência**

A inclusão digital se mostra particularmente relevante, principalmente, às pessoas portadoras de deficiência, uma vez que são maiores suas dificuldades de locomoção, de comunicação e de socialização. De acordo com o “Mapa da Exclusão Digital”, lançado em abril de 2002, a inclusão digital pode ser de grande utilidade na vida dessas pessoas, proporcionando o acesso à rede de informações. E, ademais, o desenvolvimento e criação de equipamentos adequados podem auxiliar na eliminação de barreiras de comunicação e de acesso físico.

“A facilidade, a rapidez e a supressão de barreiras geográficas tornam possível o acesso aos mais diversos canais potenciadores de conhecimento, como do convívio ao lazer. Para aqueles cuja autonomia é condicionada por inúmeras barreiras arquitetônicas, dificuldades em utilizar meios de transporte público ou privado e manifestas desvantagens no acesso à informação que os impedem de conhecer e viver a *normalidade* a utilização de um computador e o acesso à Internet podem significar uma liberdade até aí apenas sonhada”.<sup>1</sup> (Godinho)

O acesso à rede mundial de comunicações ainda não é automática para as pessoas com deficiência, surgindo soluções em tecnologia com o objetivo de proporcionar a inclusão digital e social das PPDs, como equipamentos e softwares com características voltadas para elas.

A falta ou a precariedade no acesso às tecnologias de informação e comunicação às pessoas com deficiência tem sido um sério obstáculo à integração destes junto a sociedade, tanto no ambiente profissional como no educacional, provocando falta de acesso às oportunidades.

Hoje em dia, já existem diversos programas que auxiliam os portadores de deficiência na utilização de computadores como, por exemplo, Virtual Vision, DosVox, IBM Via Voice, Home Pager Reader, IBM SpeechViewer e Self Voicing Kit, que são destinados às pessoas com deficiência visual.

---

<sup>1</sup> Godinho, F. (org.) - Internet para necessidades especiais, Edição UTAD/GUIA

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Analisando os dados do Censo Demográfico 2000 destacamos os estados que apresentam as maiores e as menores taxas de PPDs. Em ordem crescente, os cinco estados que apresentam as menores taxas de pessoas com deficiência são: São Paulo, Roraima, Amapá, Distrito Federal e Paraná. Já os estados que apresentam as maiores taxas são Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco e Ceará. Um ponto a ser ressaltado é que oito dos nove estados nordestinos apresentam as oito maiores taxas de PPDs. Escolhemos aqui Brasília como piloto da análise, oferecendo, a título de exemplo, a metodologia inframunicipal, que traz um ranking por subdistritos desse município de referência.

**Tabela 3**

**Ranking dos Estados com Pessoas Portadoras de Deficiência**

<b>Estados</b>	<b>Porcentagem de Pessoas Portadoras de Deficiência</b>
São Paulo	11.35
Roraima	12.5
Amapá	13.28
Distrito Federal	13.44
Paraná	13.57
Mato Grosso	13.63
Mato Grosso do Sul	13.72
Rondônia	13.78
Acre	14.13
Santa Catarina	14.21
Amazonas	14.26
Goiás	14.31
Espírito Santo	14.74
Rio de Janeiro	14.81
Minas Gerais	14.9
Rio Grande do Sul	15.07
Pará	15.26
Bahia	15.64
Tocantins	15.67
Sergipe	16.01
Maranhão	16.14
Alagoas	16.78
Ceará	17.34
Pernambuco	17.4
Piauí	17.63
Rio Grande do Norte	17.64
<u>Paraíba</u>	<u>18.76</u>

*Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE.*

*Notas: \* Os valores referentes a essas variáveis são médias. A de educação reporta-se, aos anos médios de estudo, jornada refere-se à jornada de trabalho semanal e a renda do trabalho principal referente a população ocupada.*

*Notas: \*\* População em idade ativa (PIA) pessoas entre 15 e 65 anos.*

*OBS: Razão entre o valor da variável do Município e o da Unidade da Federação*

Tabela 4

Mapa da Diversidade								
	Sem voto* %	Idosos***%	Mulheres%	Afro*** %	Indígenas %	Miseráveis* *** %	Sem escola***** %	Sem computador %
Brasil	9.7	27.6	53.58	47.36	0.51	29.05	27.34	93.5
Os 5 estados que apresentam as menores taxas de PPDs								
	Sem voto* %	Idosos***%	Mulheres%	Afros*** %	Indígenas %	Miseráveis* *** %	Sem escola***** %	Sem computador %
São Paulo	8.2	29.58	52.68	27.92	0.29	13.43	20.21	86.77
Roraima	14.16	17.56	48.36	66.44	6.79	34.59	29.31	96.92
Amapá	15.77	16.26	52.92	71.01	0.87	36.31	26.57	95.94
Distrito Federal	13.26	17.41	56.2	51.93	0.58	16.48	17.18	82.7
Paraná	8.64	28.73	51.3	23.65	0.48	20.35	25.27	92.89
Os 5 estados que apresentam as maiores taxas de PPDs								
	Sem voto* %	Idosos***%	Mulheres%	Afros*** %	Indígenas %	Miseráveis* *** %	Sem escola***** %	Sem computador %
Ceará	11.44	28.24	53.87	62.07	0.21	47.17	36.58	97.3
Pernambuco	11.15	26.92	55.97	58.72	0.6	41.69	33.11	96.72
Piauí	9.98	28.13	53.66	72.65	0.15	49.77	42.59	98.37
Rio Grande do Norte	10.8	28.38	54.54	58.04	0.13	39.03	32.15	96.99
Paraíba	9.91	31.43	52.25	57.09	0.34	42.93	38.92	97.54

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

\* Crianças e adolescentes com menos de 16 anos de idade

\*\* Idade acima de 60anos

\*\*\* Se declararam de cor preta ou parda

\*\*\*\* Renda per capita abaixo de 1/2 salário mínimo

\*\*\*\*\* Escolaridade inferior a 1 ano

O Estado de São Paulo é o que apresenta a menor taxa de PPDs (11,35%), ao passo que a Paraíba registra a maior proporção (18,76%). O Distrito Federal, nossa referência, aparece com a quarta maior taxa de PPDs entre estados.

Se olharmos para o grupo dos idosos vemos que estes representam 31,43% das PPDs na Paraíba, porém essa taxa é de apenas 16,26% no Amapá, bem inferior à média nacional. No Distrito Federal as mulheres com deficiência são a grande maioria (56,2%), enquanto que em Roraima os homens representam a maior parcela das pessoas com deficiência.

Avaliando a questão racial, as taxas mais altas de afros-descendentes são encontradas no Amapá (71%) e no Piauí (72,7%), ou seja, bastante elevadas em relação à que obtemos em nível nacional (47,3%). Encontramos a menor proporção de afro-descendentes no Paraná (23,6%) e em São Paulo (27,8%).

Ao compararmos os cinco estados com as maiores taxas com os cinco que apresentam as menores, verificamos que uma das grandes diferenças é a proporção de PPDs miseráveis. As taxas divergem bastante de um grupo para o outro. Em São Paulo, por exemplo, Estado com a menor proporção de PPDs, a situação de miséria afeta 13,43%. Já

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

no Piauí quase, 50% das pessoas com deficiência são miseráveis. No Distrito Federal essa taxa também é baixa: 16,5%.

Outra variável que diferencia esses dois grupos é a porcentagem de PPDs que têm até 1 ano completo de estudo. No Distrito Federal essa porcentagem é de apenas 17%, mas no Piauí a taxa é bastante alta (43%), bem acima da encontrada no país (27%).

**Tabela 5**

<b>Mapa Social das Pessoas com Deficiências</b>							
	<b>PPDs%</b>	<b>Homens %</b>	<b>Educação*</b>	<b>Idade*</b>	<b>PIA/total** %</b>	<b>Renda *</b>	<b>Jornada*</b>
<b>Brasil</b>	<b>14.5</b>	<b>46.42</b>	<b>3.95</b>	<b>46.44</b>	<b>70.86</b>	<b>529.35</b>	<b>42.75</b>
<b>Os 5 Estados que apresentam as menores taxas de PPDs</b>							
<b>UF</b>	<b>PPDs%</b>	<b>Homens %</b>	<b>Educação*</b>	<b>Idade*</b>	<b>PIA/total** %</b>	<b>Renda *</b>	<b>Jornada*</b>
São Paulo	11.35	47.32	4.81	47.69	70.53%	814.2	43.94
Roraima	12.5	51.64	3.93	40.5	74.77%	564.39	42.87
Amapá	13.28	47.08	4.44	39.17	73.91%	585.86	44.23
Distrito Federal	13.44	43.8	5.81	40.04	76.16%	903.2	42.6
Paraná	13.57	48.7	3.95	47.52	71.49	569.34	43.52
<b>Os 5 Estados que apresentam as maiores taxas de PPDs</b>							
<b>UF</b>	<b>PPDs%</b>	<b>Homens %</b>	<b>Educação*</b>	<b>Idade*</b>	<b>PIA/total** %</b>	<b>Renda *</b>	<b>Jornada*</b>
Paraíba	18.76	44.75	2.8	47.87	67.16	287.83	38.72
Rio Grande do Norte	17.64	45.56	3.34	46.16	68.39	354.25	41.69
Piauí	17.63	46.34	2.52	46.63	70.25	254.21	39.34
Pernambuco	17.4	44.03	3.46	45.36	69.93	363.75	41.5
Ceará	17.34	46.13	2.97	46.01	68.21	302.43	40.69

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

\*Os valores referentes a essas variáveis são médias. A variável educação refer-se aos anos médios de estudo, jornada refere-se à jornada de trabalho semanal e a renda do trabalho principal referente à população ocupada

\*\*População em Idade Ativa (PIA) refere-se às pessoas entre 15 e 65 anos

Ao compararmos o primeiro grupo (Estados com menores taxas de PPDs) com o segundo (aqueles com as maiores taxas de PPDs) observamos que as principais características que os diferenciam, além da participação de PPDs, são o nível de escolaridade e a renda média das pessoas com deficiência. Isto é, deficiência, educação e renda são atributos altamente correlacionados. Nos estados com menor percentual de PPDs, a renda média das pessoas com deficiência varia entre R\$570,00 e R\$903,00, sendo que a educação média, por sua vez, oscila de 4 e 5,8 anos de estudo. Já no caso dos estados com os maiores percentuais de pessoas portadoras de deficiências, elas apresentam uma renda média que varia entre R\$287,00 e R\$363,00 e a média dos anos de escolaridade ficam entre 2,8 e 3,4 anos. E no percentual de homens, a jornada de trabalho não difere muito entre esses dois grupos.

## CAPÍTULO 3 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

É no Distrito Federal, onde a renda mensal média das PPDs é a mais alta (R\$903,20, bastante superior à média nacional de R\$628,00). Por sua vez a educação das PPDs é bem elevada (5,81 anos de escolaridade). A porcentagem das pessoas com deficiência em idade ativa em relação ao total de PPDs do Distrito Federal também supera as demais unidades: 76,16% (a média nacional é 70,86%). Assim, o Distrito Federal apresenta as melhores características em termos de renda e educação, porém está em quarto lugar no ranking dos estados segundo a porcentagem de PPDs.

A Paraíba está em situação mais grave, apresenta a maior taxa de pessoas com deficiência. Além disso, a população de PPDs apresenta baixos indicadores sociais: a renda média é de apenas R\$287,00 e a educação alcança 2,8 anos de estudo - a menor taxa dos 10 estados. E a jornada de trabalho também é a menor: 38,72 horas semanais.

Na tabela 6 selecionamos os cinco municípios que apresentam as menores e as maiores taxas de PPDs, bem como seus mapas de diversidade e social na tabela 7 e 8, respectivamente.

**Tabela 6**

<b>Ranking dos Municípios com Pessoas Portadoras de Deficiência Física</b>		
<b>Os 5 municípios que apresentam as menores taxas de PPDs</b>		
<b>UF</b>	<b>Municípios</b>	<b>Porcentagem de Pessoas Portadoras de Deficiência</b>
PE	Fernando de Noronha	0.55
RN	Jardim de Angicos	2.48
RN	Santana do Seridó	2.67
RN	Viçosa	2.95
PI	São Gonçalo do Gurguéia	3.1
<b>Os 5 municípios que apresentam as maiores taxas de PPDs</b>		
<b>UF</b>	<b>Municípios</b>	<b>Porcentagem de Pessoas Portadoras de Deficiência</b>
PI	Belém do Piauí	31.98
SC	Irati	32.03
SC	Formosa do Sul	32.04
RN	Pilões	32.98
PI	São Gonçalo do Piauí	33.41

*Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE.*

O dado que chama a atenção nas listas dos municípios com maior e menor proporção de PPDs é a presença de municípios do Nordeste. Em ambas, existem indicações de que fluxos migratórios entre municípios explicam parte substancial deste diferencial



## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

num mesmo Estado. Por exemplo, em São Gonçalo do Piauí, o município brasileiro com a maior taxa de PPDs, 35,14% das PPDs são migrantes. Ao passo que em São Gonçalo de Gurguéia, o quinto município brasileiro e o primeiro do Piauí com a menor taxa de PPDs, apenas 8,97% das PPDs são migrantes.

**Tabela 7**

Mapa da Diversidade										
	Sem Voto*	Idosos**	Mulheres	Afros***	Indígenas	Miseráveis*	Com	Sem	Sem	
	%	%	%	%	%	****%	deficiência	escola****	computador	
	%	%	%	%	%	****%	%	%	%	
<b>Brasil</b>	9.7	27.6	53.58	47.36	0.51	29.05	100	27.34	93.5	
Os 5 Municípios que apresentam as menores taxas de										
UF	Município	Sem Voto*	Idosos**	Mulheres	Afros***	Indígenas	Miseráveis*	Com	Sem	Sem
		%	%	%	%	%	****%	deficiência	escola****	computador
		%	%	%	%	%	****%	%	%	%
PE	Fernando de Noronha		27.5	61.39	66.11			100	27.5	100
RN	Jardim de Angicos	12.95	34.81	35.3	72.58		47.25	100	57.16	100
RN	Santana do Seridó	22.52	37.11	34.06	21.28		56.73	100	55.94	100
RN	Viçosa	20.43	26.54	32.68	37.05		55.24	100	57.67	100
PI	São Gonçalo do Gurguéia		54.75	62.42	41.5		46.39	100	38.84	100
Os 5 Municípios que apresentam as maiores taxas de										
UF	Município	Sem Voto*	Idosos**	Mulheres	Afros***	Indígenas	Miseráveis*	Com	Sem	Sem
		%	%	%	%	%	****%	deficiência	escola****	computador
		%	%	%	%	%	****%	%	%	%
PI	São Gonçalo do Piauí	10.34	19.93	51.22	64.09	0.61	60.74	100	32.85	100
RN	Pilões	10.88	30.54	54.68	58.19		44.54	100	39.83	99.14
SC	Formosa do Sul	9.18	16.32	51.44	14.23		29.91	100	11.86	95.84
SC	Irati	18.31	16.52	48.77	22.24	3.35	25.22	100	22.95	100
PI	Belém do Piauí	13.28	24.41	55.84	45.43		63.98	100	48.74	100

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE.

\* Menos de 16 anos de idade.

\*\* Acima de 60 anos.

\*\*\* Pessoas que se declararam de cor preta ou parda.

\*\*\*\* Renda familiar per capita abaixo de 1/2 salário mínimo.

\*\*\*\*\* Pessoas com escolaridade inferior a 1 ano.

Viçosa, no Rio Grande do Norte, é um dos municípios que apresentam as menores taxas de PPDs, sendo também um dos que apresentam altas taxas de PPDs afro-descendentes (72,6% das PPDs). Já em Formosa do Sul, Santa Catarina, apenas 14% das PPDs se autodenominam afros-descendentes. Outro dado que chama a atenção é a proporção de mulheres PPDs (62,4%) no município de São Gonçalo da Gurgéia. A taxa mais alta de PPDs em situação de miséria é encontrada em Belém do Piauí, 64%.

## CAPÍTULO 3 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

**Tabela 8**

<b>Mapa Social das Pessoas com Deficiências</b>								
		<b>PPDs%</b>	<b>Homens%</b>	<b>Educação*</b>	<b>Idade*</b>	<b>PIA/total*</b>	<b>Renda*</b>	<b>Jornada*</b>
<b>Brasil</b>		14.5	46.42	3.95	46.44	70.86	529.35	42.75
<b>Os 5 Municípios que apresentam as menores taxas de PPDs</b>								
<b>UF</b>	<b>Município</b>	<b>PPDs%</b>	<b>Homens%</b>	<b>Educação*</b>	<b>Idade*</b>	<b>PIA/total*</b>	<b>Renda*</b>	<b>Jornada*</b>
PE	Fernando de Noronha	0.55	74.78	83.71	197.05	0.59	69.08	74.18
RN	Jardim de Angicos	2.48	123.92	77.9	183.09	2.5	174.21	126.56
RN	Santana do Seridó	2.67	133.29	41.2	153.81	2.3		113.37
RN	Viçosa	2.95	134.02	41.62	153.44	3.64	75.64	68.45
PI	São Gonçalo do Gurguéia	3.1	71.52	82.19	233.65	3.35	70.47	62.2
<b>Os 5 Municípios que apresentam as maiores taxas de PPDs</b>								
<b>UF</b>	<b>Município</b>	<b>PPDs%</b>	<b>Homens%</b>	<b>Educação*</b>	<b>Idade*</b>	<b>PIA/total*</b>	<b>Renda*</b>	<b>Jornada*</b>
PI	São Gonçalo do Piauí	33.41	98.32	92.65	160.05	43.33	94.35	106.25
RN	Pilões	32.98	90.35	73.9	162.06	35.41	126.35	102.44
SC	Formosa do Sul	32.04	94.39	100.03	150.45	41	94.04	100.34
SC	Irati	32.03	96.26	84.82	140.48	36.08	70.22	100.99
PI	Belém do Piauí	31.98	86.3	85.93	148.29	34.6	122.92	104.73

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE.

Notas: \* Os valores referentes a essas variáveis são médias. A variável educação refere-se aos anos médios de estudo, jornada refere-se a jornada de trabalho semanal e a renda do trabalho principal referente a população ocupada.

Notas: \*\* População em idade ativa (PIA) refere-se às pessoas entre 15 e 65 anos.

OBS: Razão entre o valor da variável do Município e o da Unidade da Federação (ambas no grupo analisado).

Ainda podemos desagregar espacialmente a análise fazendo um ranking dos subdistritos, e conforme já comentado, utilizamos como exemplo o Distrito Federal. Esse tipo de exercício dá subsídios à formulação de políticas mais focalizadas, permitindo mapear com precisão os locais onde a incidência de deficiências é maior.

**Tabela 9**

<b>Ranking dos Subdistritos do Distrito Federal</b>	
<b>Os 5 subdistritos do Distrito Federal que apresentam as menores taxas de PPDs</b>	
<b>Subdistritos</b>	<b>Porcentagem de Pessoas Portadoras de Deficiência</b>
Cruzeiro	8.32
Lago Norte	9.44
Lago Sul	9.54
Brazlândia	10.06
Guará	10.91
<b>Os 5 subdistritos do Distrito Federal que apresentam as maiores taxas de PPDs</b>	
<b>Subdistritos</b>	<b>Porcentagem de Pessoas Portadoras de Deficiência</b>
Riacho Fundo	14.93
Samanbaia	14.97
Gama	15.05
Cardangolândia	15.62
Santa Maria	15.68

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE.

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

**Tabela 10**

<b>Mapa da Diversidade - Subdistritos do Distrito Federal</b>								
	<b>Sem Voto* %</b>	<b>Idosos**%</b>	<b>Mulheres %</b>	<b>Afro*** %</b>	<b>Indígenas %</b>	<b>Miseráveis ****%</b>	<b>Sem escola***** %</b>	<b>Sem computador r%</b>
<b>Distrito Federal</b>	13.26	17.41	56.2	51.93	0.58	16.98	17.18	82.7
<b>Os 5 Subdistritos que apresentam as menores taxas de PPDs</b>								
<b>Subdistritos</b>	<b>Sem Voto* %</b>	<b>Idosos**%</b>	<b>Mulheres %</b>	<b>Afros*** %</b>	<b>Indígenas %</b>	<b>Miseráveis ****%</b>	<b>Sem escola***** %</b>	<b>Sem computador r%</b>
Cruzeiro	8.99	23.05	57.61	30.1	0.52	1.84	7.91	51.26
Lago Norte	16.04	21.92	52.81	37.8	1.35	12	10.97	54.82
Lago Sul	6.74	34.65	52.91	17.73	.	0.88	5.62	25.15
Brazlândia	13.99	17.48	55.73	61.73	1.11	25.45	25.07	94.37
Guará	10.19	22.96	56.67	43.79	0.49	8.65	10.89	69
<b>Os 5 subdistritos que apresentam as maiores taxas de PPDs</b>								
<b>Subdistritos</b>	<b>Sem Voto* %</b>	<b>Idosos**%</b>	<b>Mulheres %</b>	<b>Afros*** %</b>	<b>Indígenas %</b>	<b>Miseráveis ****%</b>	<b>Sem escola***** %</b>	<b>Sem computador r%</b>
Riacho Fundo	18.48	10.07	56.85	55.87	0.18	19.93	14.65	86.37
Samanbaia	18.63	9.84	56.98	59.22	0.53	24	19.5	94.42
Gama	10.5	23.38	56.01	56.27	0.77	15.42	19.09	89.09
Cardangolândia	12.33	13.18	57.53	50.78	1.58	5.33	15.39	83.89
Santa Maria	18.49	8.63	57.95	63.31	0.77	26.13	17.79	95.27

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE.

\*Menos de 16 anos de idade.

\*\* Idade acima de 60 anos.

\*\*\* Pessoas que se declararam de cor preta ou parda.

\*\*\*\* Pessoas com renda familiar per capita abaixo de 1/2 salário mínimo.

\*\*\*\*\* Pessoas com escolaridade inferior a 1 ano.

Entre os dados que mais chamam a atenção quando olhamos para esses 10 subdistritos, é a porcentagem de miseráveis, relativamente baixo, no subdistrito de Lago Sul, onde, por exemplo, proporção de PPDs que vivem com meio salário-mínimo não chega a 1%. Outro ponto a ser ressaltado é a taxa de PPDs sem acesso a computador. Enquanto a média nacional é de 93%, no subdistrito Lago Sul essa porcentagem é de 25%.

Tabela 11

Mapa Social das Pessoas com Deficiências							
	PPDs%	Homens%	Educação*	Idade*	PIA/total*	Renda*	Jornada*
Distrito Federal	13.44	43.8	5.81	40.04	76.16%	903.2	42.6
Os 5 Municípios que apresentam as menores taxas de PPDs							
Subdistrito	PPDs%	Homens%	Educação*	Idade*	PIA/total*	Renda*	Jornada*
Cruzeiro	8.32	42.39	9.24	43.38	75.29%	2009.12	40.27
Lago Norte	9.44	47.19	7.87	41.13	69.67%	2035.87	41.2
Lago Sul	9.54	47.09	10.85	48.94	68.62%	3166.41	41.06
Brazlândia	10.06	44.27	4.45	39.71	76.10%	446.01	41.41
Guará	10.91	43.33	7.47	43.04	74.91%	1247.34	40.16
Os 5 Municípios que apresentam as maiores taxas de PPDs							
Subdistrito	PPDs%	Homens%	Educação*	Idade*	PIA/total*	Renda*	Jornada*
Riacho Fundo	14.93	43.15	5.49	35.54	76.27%	633.66	42.73
Samanbaia	14.97	43.02	4.54	35.54	76.81%	462.07	43.3
Gama	15.05	43.99	5.2	43.29	74.74%	703.77	42.54
Cardangolândia	15.62	42.47	5.84	38.23	79.60%	656.3	44.76
Santa Maria	15.68	42.05	4.71	35.37	77.78%	447.52	43.02

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE.

Notas: \* Os valores referentes a essas variáveis são médias. A variável educação refere-se aos anos médios de estudo, jornada refere-se a jornada de trabalho semanal e a renda do trabalho principal referente a população ocupada.

Notas: \*\* População em idade ativa (PIA) refere-se às pessoas entre 15 e 65 anos.

OBS: Razão entre o valor da variável do Município e o da Unidade da Federação (ambas no grupo analisado).

Na tabela 11 observamos o mapa social dos subdistritos do DF. Verificamos que as taxas de PPDs naqueles com maior incidência se aproximam da média nacional. Observamos que as variáveis que chamam atenção são o grau de escolaridade e a renda média. No subdistrito de Lago Sul, por exemplo, a educação média das PPDs chega a quase 11 anos, uma taxa bastante alta, ao passo que a renda média é de mais de três mil reais, sendo que a média nacional é de 600 reais.

## Mapa de Ativos

Procuramos em todo o trabalho salientar os determinantes de acesso e retorno de ativos isolados, mas é preciso olhar de maneira abrangente para todo o portfólio dos agentes e saber como os diferentes ativos interagem entre si. Muitas vezes as pessoas dispõem de ativos, mas não conseguem aproveitar as oportunidades produtivas associadas à sua posse. Neste caso as falhas não estão nos indivíduos, mas no contexto onde operam.

Um verdadeiro modelo de desenvolvimento social não é composto a partir da soma de ações isoladas, é preciso buscar integração ampla entre elas. O objetivo pedagógico

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

deste estudo é fornecer à sociedade, conceitos e dados de forma a nortear um conjunto de medidas políticas.

### - Tipologia de Políticas

As políticas sociais podem ser organizadas em dois grupos: compensatórias (frentes de trabalho, programa de imposto de renda negativo, seguro-desemprego, previdência social, distribuição de cestas básicas, etc) e estruturais (regularização fundiária, moradia, provisão pública de educação, micro-crédito, reforma agrária, saúde, investimentos em infra-estrutura básica, etc.).

A vantagem das políticas compensatórias é a velocidade dos seus efeitos, porém, em geral, são transitórios porque depois da retirada destes incrementos de fluxo de renda a situação dos grupos afetados tende a voltar para o estado original. As pessoas com deficiência carecem de políticas estruturais que propiciam geração permanente de renda. O problema deste tipo de iniciativa é a lentidão para que seus benefícios sejam sentidos, como atestam as políticas educacionais tradicionais - surtem efeito apenas quando o indivíduo começa a trabalhar.

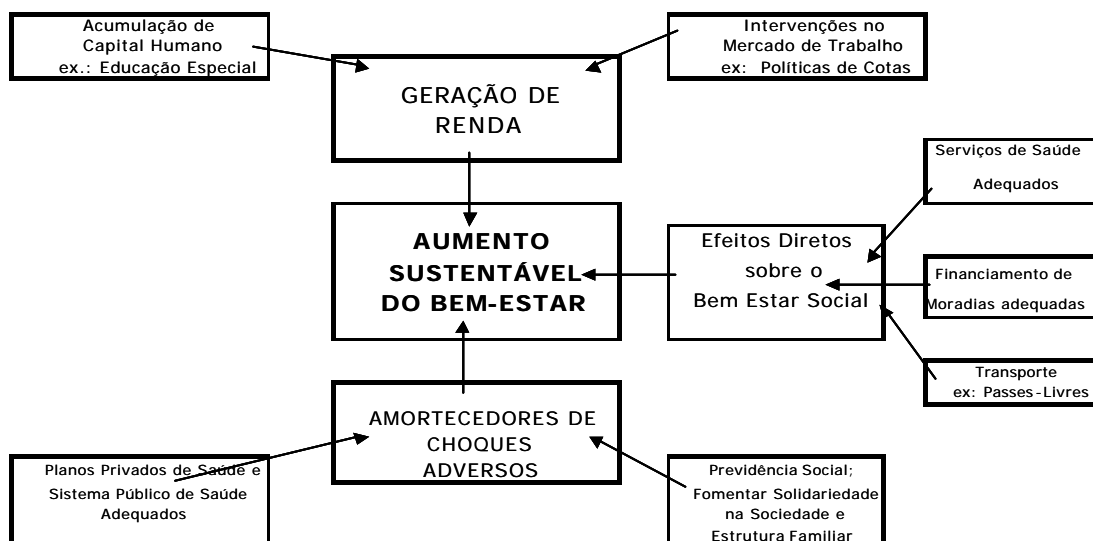
A questão, porém, não é se as políticas envolvem transferências de fluxos de renda ou de estoque de ativos, mas as suas implicações sociais de curto e de longo prazo, sempre lembrando que o primeiro antecede o último. Uma ação compensatória que impeça a desestruturação familiar ou produtiva, como auxílios invalidez, ou que incentivem a acumulação de capital, como o bolsa-escola, exercem efeitos persistentes sobre a pobreza. O impacto de longo prazo de transferências de renda a título de seguro e de alavanca sociais é comparável à transferência, por si, de ativos. O problema da política social brasileira em geral, e aquela voltada para as pessoas com deficiência, em particular, é a dominância do aspecto compensatório continuado que não deixa raiz na vida das pessoas. Isto porque uma vez interrompido o programa, a sua clientela volta à marginalidade original. Daí a importância dos programas voltados às pessoas com deficiência como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) serem constitucionais, diminuindo a vulnerabilidade social vinculada aos ciclos políticos das iniciativas públicas.

O Censo Demográfico 2000 também nos permite criar um Mapa de Ativos para avaliar a posse de recursos privados e o acesso a bens públicos da população das PPDs. Os ativos podem ser estruturados em classes de capital: físico, humano e social. A estratégia é

analisar diferentes tipos de impactos que o reforço desses grupos de ativos podem exercer no nível de bem-estar social. Primeiramente, temos o efeito da posse de ativos no sentido de aumentar a capacidade de geração de renda dos indivíduos no longo prazo. O segundo efeito induzido pela posse de ativos é o de aumentar a habilidade dos indivíduos pobres em suavizar os padrões de vida ao longo do tempo, amortecendo choques adversos de renda e alavancando oportunidades. Isto está relacionado à interação entre a trajetória da renda e comportamentos financeiros nos segmentos de poupança, seguro e crédito. Por último, os efeitos diretos exercidos pela posse de ativos sobre a qualidade de vida das pessoas.

A figura 2 fornece ao leitor um conjunto de ações que poderiam melhorar o nível de bem-estar individual das pessoas com deficiência, destacando seus efeitos ao reforçar o capital das PPDs nas suas três modalidades: físico, social ou humano.

**Figura 2: Efeitos de Políticas de Reforço de Capital nas PPDs**



O mapa de ativos aqui contemplado fornece dados sobre posse de apartamento, casa, número de cômodos, se o domicílio é próprio ou alugado, ou se foi cedido pelo empregador. Também nos informa se o terreno do indivíduo é próprio ou não, se a pessoa possui suprimento de água da rede geral, de poço ou nascente, ou outras formas de abastecimento. Podemos ver se a água é canalizada ou não, se tem banheiro e quantos são. Temos também informações sobre a rede geral de esgoto (se é fossa séptica ou rudimentar, vala, rio, lago ou mar, ou outro tipo de escoadouro), formas de coleta de lixo, se possui iluminação elétrica, se tem ou não rádio, automóvel, entre outros bens. Através desta tabela

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

é possível ver como evoluiu o acesso a serviços públicos, carências e riquezas, dados úteis para subsidiar políticas de nível local.

Para avaliar a posse de ativos das pessoas com deficiência fazemos uso de duas análises: horizontal e vertical. A primeira nos permite saber qual a porcentagem de PPDs que têm acesso a determinado ativo. E a composição vertical nos informa, por exemplo, entre os que têm casa quantos são PPDs.

**Tabela 12**

**Mapa de ativos das Pessoas com Deficiências - (características do domicílio) - Composição Horizontal (%)**

---

	Total de pessoas	Casa	Domicílio alugado	Terreno próprio	pr Domicílio próprio pagando	Lixo coletado	Iluminação elétrica	Tem videocassete	Tem máquina de lavar	Tem microondas	Tem telefone	Tem microcomputador
Total	100,00%	90,82%	12,15%	69,13%	64,49%	70,94%	92,69%	34,28%	31,58%	17,97%	37,11%	10,20%
Não PPD	100,00%	90,58%	12,57%	68,61%	68,73%	71,46%	92,81%	35,71%	32,56%	18,84%	37,80%	10,83%
PPD	100,00%	92,25%	9,65%	72,23%	73,98%	67,89%	92,01%	25,82%	25,75%	12,79%	33,00%	6,50%
PPI	100,00%	91,33%	8,98%	71,14%	73,21%	67,01%	90,04%	24,26%	25,00%	12,16%	31,30%	6,04%

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

**Tabela 13**

**Mapa de ativos das pessoas com Deficiências - (características do domicílio) - Composição Vertical**

---

	Total de pessoas	Casa	Domicílio alugado	Terreno próprio	pr Domicílio próprio pagando	Lixo coletado	Iluminação elétrica	Tem videocassete	Tem máquina de lavar	Tem microondas	Tem telefone	Tem microcomputador
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Não PPD	85,52%	85,29%	88,50%	84,87%	84,58%	86,14%	85,63%	89,09%	88,19%	89,69%	87,12%	90,77%
PPD	14,48%	14,71%	11,50%	15,13%	15,42%	13,86%	14,37%	10,91%	11,81%	10,31%	12,88%	9,23%
PPI	2,51%	2,53%	1,86%	2,59%	2,65%	2,37%	2,44%	1,78%	0,93%	1,70%	2,12%	1,49%

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

Observando os dados nacionais constata-se que 92,25% das PPDs moram em casa e, olhando para a composição vertical, vemos que entre aqueles que moram em casa, 14,71% são portadores de deficiência. Entre as pessoas com deficiência apenas 9,65% moram em domicílios alugados, ao passo que as PPDs que possuem terreno próprio são 72% do total de PPDs. Olhando os mesmos dados, agora para a população total, verifica-se que esses números são muito próximos: 90,82% dos brasileiros residem em casa, sendo que em 12,15% dos casos trata-se de domicílios alugados e 69,13% moram em terrenos próprios. Um dado importante é o percentual de PPDs que possuem domicílio próprio mas que ainda estão pagando por ele: 73,98% (superior ao encontrado no caso da população total: 64,5%). Este dado nos dá, indiretamente, uma idéia do acesso a crédito, serviço financeiro para

## CAPÍTULO 3 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

suavizar padrões de vida ao longo do tempo e para acessar oportunidades. Podemos ver também o acesso a bens públicos como iluminação elétrica, à água canalizada e à coleta de lixo. Quase 68% das PPDs desfrutam de sistema de coleta de lixo e a grande maioria (92,01%) reside em domicílios que têm iluminação elétrica, dados muito próximos aos da população total.

É possível avaliar também o acesso a bens duráveis de luxo tais como videocassete, máquina de lavar, microondas, automóvel, computador, entre outros. Nos permite ver o padrão de vida e de consumo das pessoas portadoras de deficiência, e comparar com o da população total. Aproximadamente 26% das pessoas portadoras de deficiência têm videocassete (essa porcentagem é de 34,3% para todos os brasileiros); 25,8%, máquina de lavar; 12,8%, microondas; 33%, telefone; e 6,5%, computador, número bem inferior à porcentagem do total de pessoas que têm acesso a este bem (10,2%) - as PPDs são, em média, mais excluídas digitais.

**Tabela 14**

**Mana de Ativos das Pessoas Portadoras de Deficiência - Composição Horizontal**

	Total de Pessoas	Casa	Domicílio Alugado	Domicílio Próprio Pagando	Terreno Próprio	Lixo Coletado	Iluminação Elétrica	Tem videocassete	Tem máquina de lavar	Tem microondas	Tem telefone	Tem microcomputador
Brasil	100%	92.25	9.65	73.98	72.23	67.89	92.01	25.82	25.75	12.79	33	6.5

**Os 5 Estados que apresentam as menores taxas de PPDs**

	Total de Pessoas	Casa	Domicílio Alugado	Domicílio Próprio Pagando	Terreno Próprio	Lixo Coletado	Iluminação Elétrica	Tem videocassete	Tem máquina de lavar	Tem microondas	Tem telefone	Tem microcomputador
São Paulo	100%	88.95	13.23	65.38	69.08	91.66	97.92	44.19	46.47	31.34	54.45	13.23
Roraima	100%	94.85	7.32	77.39	79.85	64.39	84.03	19.09	25.12	5.62	38.28	5.5
Amapá	100%	95.42	5.19	84.56	74.58	68.97	94.73	21.4	31.26	4.04	42.35	4.06
Distrito Federal	100%	82.55	16.01	57.4	66.84	92.11	98.87	44.48	38.31	24.7	74.78	17.3
Paraná	100%	94.26	9.6	66.89	70.96	76.16	95.94	23.74	34.6	14.87	37	7.11

**Os 5 Estados que apresentam as maiores taxas de PPDs**

	Total de Pessoas	Casa	Domicílio Alugado	Domicílio Próprio Pagando	Terreno Próprio	Lixo Coletado	Iluminação Elétrica	Tem videocassete	Tem máquina de lavar	Tem microondas	Tem telefone	Tem microcomputador
Ceará	100%	96.54	8.83	76.09	65.61	45.15	87.47	11.73	5	2.84	21.45	2.64
Pernambuco	100%	93.6	10.24	77.34	69.69	60.38	94.88	19.81	10.13	5.02	16.89	3.28
Piauí	100%	98.68	4.66	78.11	69.59	35.31	74.19	7.33	3.38	1.79	17.07	1.63
Rio Grande do Norte	100%	97.71	8.66	76.08	76.14	65.15	93.38	13.81	10.46	3.2	19.41	3.01
Paraíba	100%	97.52	9.2	74.94	67.67	57.24	93.82	12.4	6.33	2.58	18.18	2.46

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

Pela tabela acima observamos que São Paulo apresenta as maiores taxas de acesso a determinados bens de luxo. Quase 98% das PPDs, por exemplo, desfrutam de iluminação elétrica em casa (contra 92% no total da população), 31% possuem microondas (contra 12,8%) e 54% têm telefone (33%). Já no Piauí encontramos taxas de acesso relativamente baixas, pois menos de 2% das pessoas com deficiência possuem microondas, 3% têm máquina de lavar e somente 1,6% acessa microcomputador próprio.



## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

A seguir, a tabela correspondente ao mapa de ativos dos 10 municípios selecionados, ou seja, aqueles que têm as maiores e as menores taxas de deficiência.

**Tabela 15**

Mapa de Ativos das Pessoas com Deficiências - Composição Horizontal												
	Total de Pessoas	Casa	Domicílio Alugado	Domicílio Próprio Pagando	Terreno Próprio	Lixo Coletado	Iluminação Elétrica	Tem Videocass etc	Tem máquina de lavar	Tem microondas	Tem telefone	Tem microcomp utador
<b>Brasil</b>	100	92.25	9.65	73.98	72.23	67.89	92.01	25.82	25.75	12.79	33	6.5
Os 5 Municípios que apresentam as menores taxas de PPDs												
UF Município	Total de Pessoas	Casa	Domicílio Alugado	Domicílio Próprio Pagando	Terreno Próprio	Lixo Coletado	Iluminação Elétrica	Tem Videocass etc	Tem máquina de lavar	Tem microondas	Tem telefone	Tem microcomp utador
PE Fernando de Noronha	100	66.11	.	.	.	100	100	27.5	27.5	.	66.11	.
RN Jardim de Angicos	100	100	.	58.6	68.79	55.12	81.5	.	.	.	.	.
RN Santana do Seridó	100	100	.	85.28	85.28	.	100	8.43	8.43	.	.	.
RN Viçosa	100	100	.	83.3	72.86	68.04	68.04	.	.	.	10.54	.
PI São Gonçalo do Gurgueia	100	97.92	.	97.92	97.92	4.54	67.48	.	.	.	52.43	97.92
Os 5 Municípios que apresentam as maiores taxas de PPDs												
UF Município	Total de Pessoas	Casa	Domicílio Alugado	Domicílio Próprio Pagando	Terreno Próprio	Lixo Coletado	Iluminação Elétrica	Tem Videocass etc	Tem máquina de lavar	Tem microondas	Tem telefone	Tem microcomp utador
PI São Gonçalo do Piauí	100	100	2.12	88.2	84.29	57.21	95.22	1.4	5.51	2.58	34.24	98.6
RN Pilões	100	100	8.12	76.8	77.5	76.34	85.25	6.85	4.5	1.76	1.44	0.86
SC Formosa do Sul	100	99.54	5.48	78.8	82.15	26.49	90.21	8.96	6.08	3.13	23.29	4.16
SC Irati	100	99.65	0.85	76.33	75.86	2.17	90.39	4.02	3.07	5.85	9.37	.
PI Belém do Piauí	100	99.2	4.44	86.64	67.88	29.51	47.54	0.97	.	.	.	.

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE.

OBS: Razão entre o valor da variável e o total de pessoas do Município (ambas no grupo analisado).

## Mapa de Rendas

O mapa apresenta o Índice de Gini para o Brasil e para unidades da Federação e municípios, o número médio de pessoas nas famílias e as rendas familiar per capita, de todas as fontes, de todos os trabalhos, de aposentadorias e pensões, de aluguéis (referentes a título de aluguel, isto é, locação, sublocação ou arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, etc) e outras como abono de permanência em serviço, pensão paga integralmente por seguradora ou entidade de previdência privada aberta, juros, aplicações financeiras, dividendos, juros de renda fixa, etc.

Avaliamos a composição delas tendo em mente que a renda total familiar per capita está dividida em renda proveniente do trabalho principal, demais trabalhos, aposentadoria e pensão, aluguel, transferências privadas e públicas e outras rendas.

Tabela 16

**Mapa de Rendas das Pessoas Portadoras de Deficiência  
Composição das Rendas % - Brasil**

	Renda familiar per capita	Trabalho principal	Demais trabalhos	Aposentadorias e pensões	Aluguel	Transferências privadas	Transferências públicas	Outras
Total	100	75.38	2.54	15.83	2.85	1.28	0.31	1.81
PPD	100	61.48	1.77	29.29	3.5	1.39	0.51	2.06
PPI	100	42.15	1.29	46.98	4.44	1.62	0.65	2.86

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE

Pode-se observar na tabela acima que na composição da renda tanto da população total quanto de PPDs, a maior proporção é da renda proveniente do trabalho principal no caso das PPDs (61,48%) e no da população total (75,38 %). O mesmo não se observa no caso das pessoas com incapacidades, para quem aposentadorias e pensões representam a principal fonte de recursos (46,98%), indicando que este grupo depende muito mais de verbas provenientes do Estado do que as pessoas com deficiências em geral. Isso já era de se esperar, pois as incapacidades são percebidas como grandes obstáculos para a inserção no mercado de trabalho e desse modo dificulta o provimento da própria renda.

Aposentadorias e pensões representam 15,83% no caso da população total e 29,29% no das PPDs, com relação às transferências públicas. A proporção de renda das PPIs é maior (0,65%), quando comparado à população de PPDs (0,51%) e a total (0,31%). Cabe lembrar que neste exercício englobamos todas as pessoas em cada categoria, inclusive aqueles com renda nula.

**Mapa de Rendas das Pessoas Portadoras de Deficiência  
Rendas médias**

	Índice de Gini	N. pessoas na família	Renda Familiar per capita	Trabalho principal	Demais trabalhos	Aposentadorias e pensões	Aluguel	Transferências privadas	Transferências públicas	Outras
Total	0.63	2.81	297.44	224.22	7.55	47.1	8.47	3.8	0.92	5.39
PPD	0.6	3.4	208.98	128.48	3.7	61.21	7.31	2.9	1.06	4.31
PPI	0.71	1.16	228.67	96.38	2.94	107.43	10.16	3.71	1.49	6.55

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo 2000

Tabela 17

Em média, o número de pessoas na família de uma PPD (3,4) é maior do que nas famílias da população total (2,81) e na população de PPIs (1,16). A renda familiar per capita para as PPDs (R\$ 208,98) é inferior a das PPIs (R\$ 228,67), enquanto que essa média para a população total sobe para R\$ 297,44.

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

A renda do trabalho principal para as PPIs é de R\$ 96,38, para as PPDs essa renda média é um pouco maior (R\$ 128,48), porém bastante inferior a que identificamos no caso da população total. Desse modo, apesar da renda média das PPIs superar a das PPDs, quando olhamos apenas para a renda proveniente do trabalho principal, vemos que esta é maior no das PPDs.

No tocante às transferências públicas, observamos que não existe muita discrepância entre os valores médios encontrados para os três grupos em análise (população total, PPDs e PPIs), com as pessoas perceptoras de incapacidades recebendo mais (R\$1,49).

O índice de Gini para as PPDs (0,6) é mais baixo do que para a população total (0,63). Isso indica que os diferenciais de renda na população total são mais expressivos do que entre as PPDs. Mas, no grupo das pessoas com percepção de incapacidade, obtemos um índice maior: 0,71.

### **Mapa da Pobreza**

A pobreza é um fenômeno multidimensional, cujas causas estão relacionadas à falta ou dificuldade de acesso a ativos físicos, sociais e humanos. Quando se pensa em estratégias para a superação da pobreza o maior desafio é a redução da desigualdade. Isto porque a pobreza está relacionada ao nível de rendimentos da população e aos critérios e mecanismos existentes de distribuição de renda como forma de diminuir as desigualdades.

O crescimento econômico é indispensável para a diminuição da pobreza, porém não é suficiente em função dos altos índices de desigualdade que vigoram no Brasil, pois o impacto do crescimento econômico nas camadas mais pobres e excluídas é mais baixo. Cabe ressaltar que a pobreza não é um fenômeno puramente econômico, que pode ser superada através da distribuição de renda. Além disso, não se caracteriza apenas pela falta de acesso a riquezas financeiras, mas também pela impossibilidade de obter serviços básicos como educação, saúde e habitação, além de não ver respeitados os direitos humanos.

A pobreza tende a reproduzir-se intergeracionalmente por meio de fatores que afetam as possibilidades de desenvolvimento dos sujeitos, em cada uma das etapas do seu ciclo de vida, durante seguidas gerações. Uma criança nascida num ambiente social empobrecido

terá grandes chances de ser tão pobre quanto seus pais, isto se a família não tiver acesso a serviços que minimizem os efeitos da pobreza. Isso pode explicar o fato de um número significativo de pessoas portadoras de deficiência serem oriundas de classes sociais baixas e, portanto, com dificuldade de acesso à informação e aos serviços sociais.

**Tabela 18**

<b>MAPA DA POBREZA</b>	
% de miseráveis	
Total	32.02
PPD	29.05
PPI	41.62

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE

A tabela 18 nos informa o valor do P0, que quantifica a parcela da população cuja renda familiar per capita está abaixo da linha arbitrada em meio salário mínimo. No estudo adotamos este valor de referência para não entrarmos na discussão existente sobre diferentes linhas de miséria existentes no país decorrente da inexistência de uma oficial.

Este mapa nos dá um quadro nacional da miséria: 32,02% da população têm renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo. A situação é mais grave no caso das pessoas com percepção de incapacidades, pois 41,62% vivem nessa condição. O que surpreende é que a taxa de miseráveis no caso das PPDs é inferior à da população total: 29,05%. Cabe lembrar que este resultado decorre em larga medida da atuação do Estado, através de transferência de renda no âmbito do LOAS e do INSS. Como vimos no mapa de rendas, 30% dos proventos das PPDs decorrem de programas sociais mediados pelo Estado, contra 16% no caso do conjunto total da população e 47% no caso das PPIs. Quando analisamos a participação das transferências mediadas pelo Estado entre as PPDs situadas abaixo da linha da miséria estipulada, chega a 31% diante de menos de 6% dos miseráveis.

Programas compensatórios voltados às PPDs conseguem diminuir o grau de pobreza entre as pessoas com deficiência e os perceptores de incapacidades, mas não são suficientes para fazer com que as rendas per capita médias destes grupos superem as do conjunto da população.

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

A tabela 19 nos apresenta o Mapa da Miséria mais completo por unidades da Federação - detalhados em municípios e sub-distritos no cd-rom. Além da proporção de miseráveis (que corresponde ao P0) usamos dois outros indicadores denominados P1 e P2 que captam melhor a intensidade da miséria. O primeiro revela quanta renda adicional cada pobre deveria receber para satisfazer as suas necessidades básicas e o segundo eleva ao quadrado a insuficiência de renda dos pobres, priorizando as ações públicas aos mais desprovidos. O P1 nos permite diferenciar o muito pobre do pouco pobre, conferindo maior peso aos mais pobres, ele nos informa indiretamente o custo mínimo de um programa de transferência de renda que levaria os mais miseráveis ao piso de suas necessidades, isto é, a linha de miséria. Entretanto, no P1 o impacto de uma transferência de renda sobre o índice independe do nível de provento daqueles que recebem a transferência. No caso do P2, sem ligação com a linha arbitrada, a prioridade é sempre voltada aos de menor renda. Poderíamos calcular a partir desses dados quanto cada indigente brasileiro receberia, em média, para que a miséria fosse erradicada; e quanto cada não indigente brasileiro, em média, contribuiria para que a eliminação da miséria fosse atingida. Numa análise aqui presente está centralizada na proporção de miseráveis, vemos no Maranhão, por exemplo, mais da metade da população de pessoas com deficiências vivem em situação de miséria. Já São Paulo e Santa Catarina apresentam as menores taxas, bem inferior à media nacional. E as taxas mais altas nos três indicadores encontram-se no Maranhão e Alagoas - neste último o P1- hiato médio da miséria - é 31,27, número que dá a relação da renda dos miseráveis em função da linha arbitrada. Em Santa Catarina está o P1 mais baixo.

Tabela 19

MAPA DA MISÉRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA				
Medidas de Miséria - Linha de R\$81* - 1/2 Salário Mínimo Constante				
UF	População	P0**	P1***	P2****
Acre	78369	41.82	20.48	14.00
Alagoas	473074	58.19	31.27	22.42
Amapá	63017	41.49	20.66	14.3
Amazonas	400421	46.85	25.52	18.74
Bahia	2036388	50.87	26.02	18.17
Ceará	1283929	53.32	27.63	19.41
Distrito Federal	272944	18.74	8.43	5.87
Espírito Santo	453739	22.62	10.61	7.04
Goiás	710092	26.59	11.34	7.58
Maranhão	910398	62.85	33.74	23.79
Minas Gerais	2639624	24.89	11.92	8.13
Mato Grosso do Sul	282875	22.76	11.1	7.67
Mato Grosso	339326	27.96	12.88	9.16
Pará	942054	48.41	24.37	16.86
Paraíba	643187	50.04	24.49	16.76
Pernambuco	1371468	48.86	24.41	16.94
Piauí	499705	56.16	29.2	20.35
Paraná	1286822	20.23	9.37	6.36
Rio de Janeiro	2107345	17.35	8.3	6.03
Rio Grande do Norte	487773	46.86	23.01	15.99
Rondônia	189384	34.28	16.14	11.2
Roraima	40379	38.39	20.17	14.73
Rio Grande do Sul	1518123	16.15	7.51	5.09
Santa Catarina	756043	14.76	6.56	4.42
Sergipe	284710	50.04	24.99	17.19
São Paulo	4147658	13.83	6.87	5.14
Tocantins	180531	50.5	25.38	17.93

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da amostra do Censo Demográfico 2000/IBGE.

Notas: Membros efetivos do domicílio. \*A preços de Acre ajustado pelo custo de vida

\*\*Proporção de Miseráveis; \*\*\*Hiato Médio de Miséria.

\*\*\*\*Hiato Quadrático Médio de Miséria;

## Análise da Desigualdade

O Brasil possui uma das mais elevadas taxas de desigualdade, que persiste com uma elevada concentração de renda. Cerca de 50 milhões de pessoas vivem em condições miseráveis, com quantias insuficientes para suprir as necessidades diárias de alimentação. Explicada por diferenciais regionais, de gênero, raça e educação, a desigualdade social produz efeitos drásticos sobre as condições de vida, saúde e mortalidade da população.

O Brasil também abriga uma grande parte da população pobre da América Latina, mas apresenta um grande potencial para erradicar a pobreza, pois o relativamente alto PIB per capita, combinado com o alto grau de desigualdade da renda, gera condições favoráveis

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

para o desenho de políticas redistributivas. Esse potencial é exemplificado pela alta sensibilidade dos índices de desigualdade e pobreza, além de mudanças em certos instrumentos de política, como por exemplo, no salário mínimo e nas taxas de inflação. Fazemos a seguir alguns exercícios que nos permitem avaliar a desigualdade de renda no caso específico das PPDs, avaliando também os diferenciais de salário entre grupos considerando suas causas e conseqüências.

### **Desigualdade de Renda no Brasil: A Contribuição das Pessoas com Deficiência**

A presente análise procura explorar o que está por trás da desigualdade, com ênfase no papel desempenhado pelas pessoas com deficiência em 2000. Avaliamos a desigualdade *entre* e *intragrupos* a partir de alguns atributos individuais, como, idade, educação e ser ou não portador de deficiência.

O índice T de Theil parece ser o mais apropriado, não apenas devido a sua maior sensibilidade a mudanças nos extremos da distribuição, mas também porque podem ser convenientemente decompostos em componentes que dizem respeito às desigualdades *entre* e *intragrupos*. A razão básica para a escolha do T de Theil é a maior difusão de seu emprego na literatura, o que possibilita a comparação com os resultados de estudos para outros períodos, no caso do Brasil, e também para outros países. No intuito de facilitar e tornar operacional a interpretação destes índices, apresentamos a medida de desigualdade T de Theil, modificada, variando entre 0 e 1, tal como o índice de Gini. Digamos que numa determinada sociedade não exista desigualdade, então o índice de Theil seria 0, e quanto mais próximo de 1 a renda estaria concentrada numa pequena parcela da população. O índice Theil-T, ou entropia é, portanto, uma medida do grau de igualdade da distribuição.

### **Metodologia e Descrição dos Universos**

Para a população em idade ativa (PIA) de 15 a 65 anos de idade calculamos o índice Theil-T para a renda de todas as fontes por indivíduo e em termos familiares per capita. No caso da população total sem filtro, utilizamos o conceito de renda familiar per capita. Esta combinação entre conceitos de renda e universos populacionais contemplados está apresentada nas áreas marcadas no esquema abaixo.

**Tabela 20 – Descrição dos Universos e conceitos de renda utilizados**

Conceito da renda	Conceito da População	
	Idade Ativa (PIA)	Total
Renda Individual		
Renda Familiar Per Capita		

**Taxa Bruta de Contribuição**

A decomposição bruta do índice de Theil resume a importância relativa da renda média, de escolaridade, idade e de deficiências tomados isoladamente. Avaliando a taxa bruta, vemos que o atributo ser portador de algum tipo de deficiência ou incapacidade tem uma contribuição baixa na desigualdade brasileira, sendo entre 0,26% e 1,13% para as PPDs e entre 0,10% e 0,34% no caso das PPIs. Estes valores se situam em níveis bem inferiores ao poder explicativo da escolaridade (36,58% e 42,07%) e idade (2,31% e 10,98%).

**Tabela 21– Taxas Brutas de Contribuição do Dual de Theil-T**

Grupos	PIA*	PIA*	População Total
	Renda de Todas as Fontes	Renda familiar per capita	Renda familiar per capita
Escolaridade	39.19%	42.07%	36.58%
Idade	10.98%	2.31%	6.85%
PPD	0.88%	1.13%	0.26%
PPI	0.34%	0.24%	0.10%
<b>(Escolaridade+Idade+PPD)</b>	<b>51.05%</b>	<b>45.52%</b>	<b>43.69%</b>
<b>(Escolaridade+Idade+PPI)</b>	<b>50.51%</b>	<b>44.62%</b>	<b>43.52%</b>

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE.

\* População em idade ativa (PIA) refere-se às pessoas entre 15 e 65 anos.

A soma da contribuição bruta dos componentes “entre grupos” das três variáveis PPD, idade e escolaridade é de 43,69% da desigualdade total existente para a população. Já para a população em idade ativa, essas três variáveis têm um efeito bruto de 45,52% (renda familiar per capita) e 51,05% (renda de todas as fontes).



## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

O baixo poder explicativo das deficiências e incapacidades na desigualdade se dá necessariamente pelo tamanho destes grupos na população e pelo baixo diferencial das rendas observadas entre grupos.

### Taxas Marginais de Contribuição

A contribuição marginal corresponde à explicação adicional gerada pela separação por categorias das variáveis envolvidas dos grupos gerados pela partição da população, segundo idade, educação e incidência, ou não, de deficiências e incapacidades. Levamos em consideração as interações entre as diferentes classificações de forma a isolar o impacto marginal de cada variável.

Observando a contribuição marginal, temos que a soma das contribuições marginais das variáveis PPD, educação e idade, no caso da população total é de 37,69%. Já no caso da contribuição marginal de idade, educação e PPI obtemos um número um pouco maior: 38,75% para a população total.

O poder marginal de explicação da variável escolaridade é sempre a mais importante, seja quando tratamos de PPDs ou de PPIs, o número varia entre 32% e 41% para PPDs, e 36% e 42% para PPIs, mostrando o impacto que os anos de estudo exercem sobre a desigualdade total. A contribuição marginal da variável PPD se situa entre 0,21% e 0,22%, e 0,04% e 0,05% no caso da variável PPI.

**Tabela 22 – Taxas Marginais de Contribuição do Dual de Theil-T**

	<b>PIA*</b>	<b>PIA*</b>	<b>População Total</b>
	<b>Renda de Todas</b>	<b>Renda familiar</b>	<b>Renda familiar</b>
	<b>as Fontes</b>	<b>per capita</b>	<b>per capita</b>
Idade	9.02%	3.58%	4.76%
Educação	35.03%	41.25%	32.71%
PPD	0.21%	0.22%	0.22%
<b>Total</b>	<b>44.27%</b>	<b>45.05%</b>	<b>37.69%</b>
Idade	8.87%	3.42%	4,62%
Educação	36.66%	42.89%	34,10%
PPI	0.05%	0.04%	0.04%
<b>Total</b>	<b>45.58%</b>	<b>46.36%</b>	<b>38,75%</b>

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE.

\* População em idade ativa (PIA) refere-se às pessoas entre 15 e 65 anos.

## CAPÍTULO 3 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

A diminuição do poder explicativo dos atributos referentes à incidência de deficiências, uma vez que a escolaridade e idade foram controladas, já era esperado dada a correlação delas com a presença de deficiências, conforme a análise do capítulo 2. Resta agora examinar em que medida o diferencial de renda entre pessoas com deficiência deve-se ou não à presença de transferências de rendas já patrocinadas pelo Estado. A seguir, analisamos os impactos das deficiências nos diferenciais de renda do trabalho entre os ocupados.

### Índice de Theil

Apresentamos abaixo o índice de desigualdade de Theil. De acordo com as tabelas do Censo 1991 e da PNAD 1981 revelam que a presença isolada de deficiências contribui entre 0% e 1,5% do total da desigualdade encontrada, dependendo do conceito utilizado..

#### TAXA BRUTA DE CONTRIBUIÇÃO DE THEIL - 1998

GRUPOS	OCUPADOS-RENDA DE TODOS OS TRABALHOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	OCUPADOS-RENDA DO TRABALHO NORMALIZADO POR HORAS	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA
PPD	0.60%	0.50%	0	1.50%
Idade	7.80%	8.20%	6.40%	7.10%
Escolaridade	36.90%	37.00%	37.40%	37.70%

Fonte: CPS a partir dos dados da PNAD 98

#### TAXA MARGINAL DE CONTRIBUIÇÃO DE THEIL - 1998

GRUPOS	OCUPADOS-RENDA DE TODOS OS TRABALHOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	OCUPADOS-RENDA DO TRABALHO NORMALIZADO POR HORAS	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA
PPD	0.30%	0.20%	0.30%	0.40%
Idade	7.60%	9.10%	6.00%	8.20%
Escolaridade	35.30%	36.30%	36.30%	36.60%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 98

#### Taxa Bruta de Contribuição de Theil - 1991

Grupos	Ocupados	População Economicamente Ativa	População em idade ativa
PPD	0.00%	0.00%	0.20%
Idade	7.30%	7.70%	6.50%
Escolaridade	29.40%	29.60%	31.40%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo 91

#### Taxa Marginal de Contribuição de Theil - 1991

Grupos	Ocupados	População Economicamente Ativa	População em idade ativa
PPD	0.00%	0.00%	0.10%
Idade	7.60%	8.50%	7.20%
Escolaridade	29.70%	30.40%	31.90%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo 91

## Equações de Salário para a População Ocupada

O objetivo desta parte é apresentar um quadro sobre os diferenciais do salário dos ocupados segundo idade, escolaridade, gênero, raça, localização geográfica e posse ou não de deficiências. As evidências empíricas são apresentadas através da análise de regressão do salário/hora individual (Mincer, 1974), a partir dos microdados da População Ocupada do Censo Demográfico de 2000. Os estudos sobre mercado de trabalho revelam que os salários deveriam agir como indicadores, que poderiam informar às pessoas que ocupação escolher. Além disso, quanto tempo ficar na escola, ou quando mudar de trabalho. O resultado de tais escolhas é justamente alocar cada pessoa ao trabalho - ou sucessão de trabalhos. A teoria do capital humano proporciona uma ligação para a compreensão de muitos aspectos de comportamento observado relativo à escolaridade e escolha profissional. De acordo com a teoria, as pessoas fazem a maioria dos investimentos em educação enquanto são novas, com uma visão de longo prazo sobre os salários. Os vencimentos observados são relativamente baixos nos anos iniciais, mas aumentam com o investimento e com os lucros obtidos das aplicações em educação no passado. A principal razão pela qual o investimento é empreendido principalmente pelo jovem é que ele tem um período mais longo para receber o retorno do investimento em escolaridade empreendido.

### Seção em Detalhe

#### **Modelo proposto**

*Utilizamos como variável resposta o logaritmo natural da razão entre salário e jornada de trabalho.*

#### *Modelo*

$$\ln(\text{salário} - \text{hora}) = \mathbf{b}_0 + \mathbf{b}_1 \text{sexo}_i + \mathbf{b}_2 \text{raça}_i + \mathbf{b}_3 \text{idade}_i + \mathbf{b}_4 \text{idade}_i^2 + \mathbf{b}_5 \text{educa}_i + \mathbf{b}_6 \text{educa}_i^2 + \mathbf{b}_7 \text{UF}_i + \mathbf{b}_8 \text{TC}_i + \mathbf{b}_9 \text{PPD}_i + \mathbf{b}_{10} \text{PPI}_i + \mathbf{e}_i$$

$$\mathbf{e}_i \sim N(0,1)$$

*Considere  $i=1, \dots, n$ . Onde  $n$  é o total da população segundo o filtro especificado. A seguir a descrição das variáveis:*

$\Rightarrow$  *sexo = assume o valor 1 para homens e 0 para mulheres;*

## CAPÍTULO 3 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

- ⇒ *Raça = 1 se pertencer ao grupo das pessoas que declaram sua cor branca ou amarela e 0 para as pessoas de cor preta e parda;*
- ⇒ *Idade = idade em anos completos;*
- ⇒ *Idade2 = variável idade ao quadrado;*
- ⇒ *Educa = escolaridade em anos completos;*
- ⇒ *Educa2 = escolaridade ao quadrado;*
- ⇒ *UF = variável categórica para todas as unidades da Federação (São Paulo é a base);*
- ⇒ *TC = variável categórica segundo o tamanho de cidade. Capital (regiões metropolitanas), Urbano Grande (acima de 100 mil habitantes), Urbano Médio (entre 20 mil e 100 mil habitantes), Urbano Pequeno (até 20 mil habitantes) e Rural (base);*
- ⇒ *PPD = Variável dicotômica que assume o valor 1 para as pessoas portadoras de deficiência e 0 para não portador; e*
- ⇒ *PPI = Variável dicotômica que assume o valor 1 para as pessoas com percepção de incapacidade e 0 caso contrário.*

*Interpretação dos coeficientes:*

- ⇒  *$b_1, b_2, b_9, b_{10}$  - representam o diferencial do salário/hora entre os grupos;*
- ⇒  *$b_3, b_5$  - significam a taxa de retorno segundo as variáveis idade e escolaridade, isto é, o quanto o acréscimo unitário da idade e escolaridade afetam o salário/hora;*
- ⇒  *$b_4, b_6$  - revelam se a taxa de retorno segundo as variáveis idade e escolaridade é crescente ou decrescente;*
- ⇒  *$b_7, b_8$  - indica o diferencial do salário/hora das Unidades da Federação e Tamanho de Cidade com relação as suas bases (São Paulo e Zona Rural);*

### **Resultados**

Relatamos os resultados de equações de salário popularizadas por Mincer nos anos 70 do século passado. As equações de salários aqui descritas conseguem explicar cerca de metade da variância da renda observada entre os entrevistados pelo IBGE em 2000. A tabela apresenta para cada coluna os coeficientes estimados, e os respectivos erros padrões

## RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

das avaliações (os números pequenos abaixo). O coeficiente de cada variável da regressão de salário estimada corresponde à sua respectiva taxa de retorno, controlado pelos demais atributos considerados, daí a sua utilidade. Exemplificando: podemos captar das informações do mapa social básico que o salário-hora das pessoas ocupadas que não apresentam deficiência é 19,9% maior do que o das PPDs ocupadas. Agora a comparação que nos interessa particularmente aqui é aquela que mantém as demais características consideradas exatamente iguais (como escolaridade, gênero, raça, Unidade da Federação e tamanho de cidade). Quando usamos o procedimento controlado captado na primeira coluna da tabela, o diferencial de salários entre PPDs e os demais cai para -12,65% (variável PPD na primeira coluna). Esta inversão de diferenciais entre pessoas com e sem deficiência pode ser fruto da seletividade do processo de busca de ocupação. A análise controlada pode ajudar na interpretação dos resultados e conseqüentemente na escolha do *mix* de políticas trabalhistas e educacionais a ser aplicado.

Apresentamos os principais resultados da equação de salário para a população ocupada em geral e para a população ocupada dentre as PPDs, captados pela segunda e terceira colunas da tabela. De maneira geral estas regressões explicam entre 44% e 50% da variabilidade de salários observada, o que corresponde a um bom coeficiente de explicação neste tipo de exercício. O primeiro resultado padrão é aquele que a renda aumenta com a idade, mas a uma taxa decrescente (estimativa da variável idade ao quadrado apresenta um sinal negativo), de forma que o salário do trabalhador mais jovem aumenta mais depressa com o acúmulo de idade do que do mais velho. Enquanto que o acréscimo salarial de um ano de idade para o primeiro ano de idade após os 15 anos das PPDs ocupadas está em torno de 7,4%, na população ocupada é cerca de 8,7%. Ou seja, as PPDs apresentam menores ganhos relativo de renda, a medida que ficam mais experientes.

O segundo resultado é que salários sobem com a escolaridade, pois as pessoas com nível superior ganham mais do que aquelas com ensino médio. Ao contrário da idade a variável escolaridade apresenta retornos crescentes pois as estimativas da variável escolaridade ao quadrado possuem sinal positivo. O retorno do investimento em educação para o primeiro ano de estudo de uma PPD (5,8%) é maior que todos os ocupados (3,5%). Este resultado é consistente com a relativa escassez de estudos entre as PPDs ocupadas.

### CAPÍTULO 3 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

Apresentamos as estimativas para os atributos ligados a sexo e cor que fornecem o diferencial de renda controlado entre PPDs ocupadas e na população total ocupada, frente a estes grupos tradicionalmente excluídos. Quando observamos os homens com deficiências ocupadas, vemos que apresentam um salário/hora 73,40% maior do que as mulheres PPDs ocupadas. A discrepância de salários entre sexos no caso da população em geral é um pouco menor: eles ganham em média 66,64% a mais que elas com as mesmas qualificações. Quanto à questão racial, as PPDs não afro-descendentes apresentam um salário-hora maior em 16,57% do que os afro-descendentes - caso da população total esse diferencial é superior (17,94%). Podemos dizer que, em média, no caso das PPDs, as discrepâncias raciais, em termos de salário são mais amenas, o mesmo não ocorrendo na questão de gênero.

O leitor está convidado a fazer outras inferências relativas às variáveis geográficas de Unidades de Federação e por Tamanho de Cidade embutidas nas estimativas, pois analisamos no capítulo 5 diferenciais de salário e de empregabilidade no setor formal a partir dos dados da Rais/MTE.

Finalmente, pelo modelo mais geral com *dummy* de PPD da coluna 1 podemos ver quanto os diferentes tipos de discriminação são cumulativamente impactados: raça (16.38%), gênero (50.8%) e PPDs (-12.6%). E mais: os homens brancos sem deficiência que moram nos mesmos Estados e em cidades de tamanhos similares pertencentes aos grupos de escolaridade e de idade iguais, ganham cerca de 55% a mais que mulheres negras e com deficiências (PPDs).

RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

**Tabela 23 Regressão de Salários**

**Estimativas dos coeficientes de Regressão para a População Ocupada\***

<b>Parâmetros</b>	<b>Ocupados (dummy PPD)</b>	<b>Ocupados</b>	<b>PPD e Ocupados</b>
Intercepto	2.78650	2.90323	2.95010
	0.00294851**	0.0028339	0.00907364
Homem	0.50822	0.51069	0.55044
	0.00057925	0.00058015	0.00172003
Não-afro	0.16383	0.16503	0.15328
	0.00061881	0.00061985	0.00181871
Idade	0.08689	0.08713	0.07476
	0.0001446	0.00014493	0.00042495
Idade ao quadrado	-0.00089	-0.0009	-0.00075
	0.00000197	0.00000197	0.00000526
Escolaridade	0.03429	0.03533	0.05883
	0.00024436	0.00024488	0.00067007
Escolaridade ao quadrado	0.00474	0.00473	0.00371
	0.00001526	0.00001529	0.00004495
PPD <sup>6</sup>	0.12653	-	-
	0.0009111	-	-
Capital <sup>1</sup>	0.54485	0.54551	0.53804
	0.00107386	0.545509	0.0031133
Periferia <sup>2</sup>	0.40665	0.40556	0.41244
	0.00104475	0.4055624	0.00298804
Urbano Grande <sup>3</sup>	0.36431	0.36385	0.37377
	0.00109786	0.3638528	0.0031231
Urbano Médio <sup>4</sup>	0.24607	0.24487	0.25514
	0.00105989	0.2448716	0.00292305
Urbano Pequeno <sup>5</sup>	0.13319	0.13192	0.14261
	0.0010714	0.1319177	0.00293474
Acre	-0.14785	-0.15661	-0.15482
	0.00519354	0.00520129	0.01307643
Alagoas	-0.52931	-0.53755	-0.53785
	0.00254352	0.00254701	0.00657651
Amapá	-0.06654	-0.07662	-0.02818
	0.00628613	0.00628378	0.01581957
Amazonas	-0.20648	-0.21745	-0.20382
	0.00279867	0.00279914	0.00702851
Bahia	-0.48245	-0.48733	-0.51023
	0.00130146	0.00130315	0.00376245
Ceará	-0.65109	-0.65877	-0.71121
	0.0017835	0.0017867	0.00481746
Distrito Federal	-0.06014	-0.06721	-0.09495
	0.0026683	0.00267432	0.00786931
Espírito Santo	-0.23107	-0.23542	-0.23862
	0.00203438	0.0020376	0.00588775
Goiás	-0.20376	-0.20799	-0.22702
	0.00160595	0.00160857	0.00477334

*continua*

## CAPÍTULO 3 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

### Estimativas dos coeficientes de Regressão para a População Ocupada\* (final)

Parâmetros	Ocupados (dummy PPD)	Ocupados	PPD e Ocupados
Maranhão	-0.66371	-0.67301	-0.69892
	0.00207789	0.00208088	0.00529405
Mato Grosso	0.01822	0.01262	0.00871
	0.00230815	0.00231055	0.00656361
Mato Grosso do Sul	-0.14269	-0.14626	-0.17306
	0.00249814	0.00250271	0.00750795
Minas Gerais	-0.25496	-0.25758	-0.28354
	0.00097038	0.00097198	0.00309684
Paraná	-0.22	-0.22293	-0.23216
	0.00121642	0.00121813	0.00390342
Paraíba	-0.56865	-0.576	-0.61652
	0.00231947	0.00232367	0.00597038
Pará	-0.30859	-0.31871	-0.31151
	0.00194089	0.0019429	0.00495527
Pernambuco	-0.50771	-0.51466	-0.54279
	0.00161842	0.00162083	0.00443847
Piauí	-0.66498	-0.67331	-0.72275
	0.00268156	0.00268732	0.00669362
Rio Grande do Norte	-0.51902	-0.52679	-0.50355
	0.00237164	0.00237343	0.00622671
Rio Grande do Sul	-0.19968	-0.20286	-0.22399
	0.00122101	0.00122281	0.00384578
Rio de Janeiro	-0.21809	-0.22121	-0.21751
	0.00108279	0.00108387	0.00338856
Rondônia	0.01752	0.01048	0.05163
	0.00348161	0.00348349	0.00956166
Roraima	0.00959	0.00131	0.02802
	0.00639466	0.00639805	0.01712233
Santa Catarina	-0.08471	-0.08905	-0.09474
	0.00152426	0.00152632	0.0047574
Sergipe	-0.45903	-0.46538	-0.4681
	0.00288033	0.00288373	0.00771749
Tocantins	-0.24596	-0.25335	-0.27555
	0.00349517	0.00350204	0.00927371
Estatística de ajuste (R <sup>2</sup> )	0.5	0.4984	0.4433

Notas: \*População Ocupada entre 16 e 66 anos. 1 - Capitais das regiões metropolitanas. 2 - Municípios na periferia das regiões metropolitanas. 3 - População Urbana acima de 100,000 Habitantes.

4 - População Urbana entre 20,000 E 100,000 Habitantes. 5 - População Urbana abaixo de 20,000 Habitantes.

Os números menores correspondem ao erro padrão das estimativas.

As variáveis omitidas em ordem foram foram mulher, afro, rural e São Paulo

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE.